

ΠΟΛΥΝΤΑ ΡΕΙ... *tudo flui*

Revista da Aduel - Sindiprol - volume 3 - nº 1 - jan/jul/1998

ISSN 1413-5000



*150 anos do
Manifesto Comunista*

Sumário

Apresentação.....	03
<i>Artigos</i>	
1) <i>Três Momentos de Atualidade do Manifesto Comunista</i> Professor Marcos Del Roio	05
2) <i>De Volta para o Futuro...</i> Professor Pedro Jorge de Freitas	13
3) <i>O Manifesto Comunista e a Transformação Social</i> Professor Pedro Roberto Ferreira	19
4) <i>Os Trabalhadores e as Instituições Políticas Burguesas</i> Professor Eliel Ribeiro Machado	25
5) <i>O Manifesto Comunista: Um Documento que Resiste ao Tempo</i> Professor Ariovaldo de Oliveira Santos	33
6) <i>Manifesto Comunista: Cerimônia de Finados ou Afirmação da Revolução Proletária</i> Professor Erson Martins de Oliveira	37
7) <i>O Vislumbramento do "Sujeito" Capital no Manifesto Comunista de 1848</i> Professor Giovanni Alves	43
8) <i>Manifesto Comunista: A Historicidade e a Dialética do Poder Burguês</i> Professor José Mario Angeli	51
9) <i>A Dialética das Relações Sociais na Obra Manifesto do Partido Comunista</i> Professora Maria José de Rezende	61
10) <i>Pensando o Manifesto Comunista do Ponto de Vista Político</i> Professor Ricardo de Jesus Silveira	69
11) <i>RESENHA: A Ontologia de Lukács: Uma Breve Apresentação</i> Carolina Violante Peres	77

Ficha Catalográfica

ISSN 1413-5000

Catálogo na fonte elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina

πάντα πεί.. Revista da Aduel-Sindiprol / Associação dos Docentes da
Universidade Estadual de Londrina; Sindicato dos Professores de Londrina.
-- Vol.1 (jan/jun/1995). -- Londrina : Editora da Universidade Estadual
de Londrina, 1997.
v.; 28 cm.

Semestral.

Descrição baseada em: v.1 (jan/jun/1995).

1. Ciências Sociais - Periódico. 2. Filosofia - Periódico. I. Universidade
Estadual de Londrina.

CDU 3:1(05)

Conselho Editorial:

Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP)
Enzo Santarelli (URBINO)
José Mario Angeli (UEL)
Luzia Marta Bellini (UEM)
Maria Aparecida Zanetti (UFPR)
Maria Izabel de Souza Lopes (UEM)
Maria José de Rezende (UEL)
Osmani Ferreira da Costa (UEL)
Pedro Roberto Ferreira (UEL)
Ricardo de Jesus Silveira (UEL)
Roberto Romano (UNICAMP)
Sandra Regina Garcia de Oliveira (UEL)
Sérgio Tiski (UEL)
Volnei Edson dos Santos (UEL)

Diagramação: Nelson José Bortolin
Ilustrações: Beto
Digitação: Kleber Arantes
Revisão de Texto: Letícia Leal de Barros

Apresentação



Campus Universitário
CEP 86.051-990
Londrina - Pr
Telefone: (043) 371-4507 -
Fax: 328-4549



Praça La Salle, 83
CEP 86.020-510 - Londrina-Pr
Telefone: (043) 324-8198 -
Fax: 321-4566
E-mail:
sindiprol@walknet.com.br

A revista πάντα πέι.. apresenta o resultado do **Ciclo de Palestras ATUALIDADE DE MARX: 150 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA**, promovido pela Associação dos Docentes de Londrina (ADUEL), Sindicato dos Bancários de Londrina e Sindicato dos Professores de Londrina (SINDIPROL). O evento aconteceu no mês de abril de 1998, nos dias 6, 7 e 8, na Universidade Estadual de Londrina, e nos dias 14 e 15, no Sindicato dos Bancários de Londrina.

Nos últimos 30 anos profundas transformações ocorreram no interior das sociedades em sua totalidade e que não somente aprofundaram a dominação do capital sobre o trabalho mas afetaram também profundamente os pilares do pensamento da esquerda revolucionária, que hoje atravessa uma profunda crise ideológica. Crise marcada cada vez mais no interior da esquerda pela indagação se o socialismo e o comunismo são ainda possíveis historicamente e, em caso positivo, como poderia ser construído. Face a isto, a retomada do pensamento marxiano aparece como uma prioridade para os setores de trabalhadores preocupados com a perspectiva de superação da sociedade regida pelo capital e a construção da sociedade emancipada. Neste sentido é que se coloca hoje a retomada do **Manifesto Comunista**, de Marx e Engels, como objeto de discussão.

A partir desta edição, a revista πάντα πέι.. abrirá espaço para uma seção de resenhas sobre recentes publicações. Os interessados em publicar resenhas devem entrar em contato com a Aduel ou o Sindiprol.

Costaríamos de agradecer especialmente o reitor da Universidade Estadual de Londrina, professor Jackson Proença Testa e o diretor da Editora da UEL, professor Leonardo Prota, pelo apoio dado a esta publicação.

As Diretorias ADUEL-SINDIPROL

Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina - ADUEL -

Diretoria:

Presidente: Sandra Regina Garcia
Vice-presidente: Angela Maria Hidalgo
Secretária-geral: Eliane Czernisz
Primeiro-secretário: Sérgio Tiski
Tesoureira-geral: Maria das Graça Fernandes
Primeiro-tesoureiro: Elsio Lenardão
Diretor de Imprensa: Ayoub Hanna Ayoub
Diretor de Promoções Culturais e
Artísticas: José Mário Angeli

Sindicato dos Professores de Londrina - SINDIPROL -

Diretoria:

Presidente: Cesar Antonio Caggiano Santos
Vice-presidente: Ana Maria Pereira
1ª Secretária Geral: Regina Ventura
2º Secretário Geral: Pedro Paulo Barbosa
Resende
1º Tesoureiro: Airton Nozawa
2º Tesoureiro: José Carlos Gomes de
Oliveira
Diretor de Imprensa: Osmani Costa



TRÊS MOMENTOS DE ATUALIDADE DO MANIFESTO COMUNISTA

Professor

Marcos Del



Roio é

doutor do

Departamento de

Sociologia da

UNESP/Marília.

1 - Introdução

Uma questão inicial a ser esclarecida a fim de que se possa enfrentar o problema da atualidade do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels é o por que dessa 150ª efeméride estar despertando tanta atenção, e até entusiasmo, na intelectualidade marxista das mais vastas áreas do planeta. Parece que esse evento que vem ocupando milhares de pessoas em todo o mundo tende a representar um passo, ainda que pequeno, no longo processo de refundação comunista, após uma estagnação de décadas que culminou com a catastrófica desintegração do socialismo de Estado e a vitória do império liberal do Ocidente. E como refundar o comunismo significa refazer e retomar dialeticamente seus fundamentos, para que se possa efetuar a crítica radical do atual processo de produção do capital, é de grande importância política e cultural deslindar a atualidade do *Manifesto Comunista*.

De maneira geral, falar da atualidade do *Manifesto Comunista* significa reafirmar a atualidade da revolução socialista, de sua ontologia e de seus objetivos históricos. Significa também interrogar sobre os sujeitos da transformação, sobre a práxis e o método dialético negativo da

ordem do capital. Mas a atualidade do *Manifesto* pode ser vista em mais de um momento, até para que se possa observar sua profundidade analítica da conjuntura e do processo histórico em prazo maior.

Num primeiro momento é preciso notar a atualidade do *Manifesto* na ocasião mesmo em que foi escrito, sua capacidade de apreender as contradições da conjuntura e da época histórica. Um outro momento importante de atualidade prática do *Manifesto* encontra-se na eclosão da revolução socialista internacional a partir da Rússia em 1917. Por fim, a atualidade do *Manifesto* se refere e diz respeito à época em que vivemos e agimos e o quanto preserva de poder explicativo e de estímulo a ação transformadora do real. O que articula esses momentos é a permanente atualidade da questão da revolução socialista enquanto estiver a humanidade sob o domínio do capital, assim como a pergunta — crucial do ponto de vista metodológico e político — sobre quem pode constituir o ser coletivo em condições de negar o capital e emancipar a humanidade.

Esses momentos de atualidade são intercalados, segundo a hipótese que esse artigo apresenta, com dois interregnos mais ou menos longos durante os quais predominou a visão do *Manifesto* apenas como sendo um importante documento histórico, mas que

pouco tinha ainda a dizer sobre as questões relativas ao desenvolvimento do processo sócio-histórico. Na verdade, o debate que ocorre atualmente encontra defensores tanto da posição da atualidade do *Manifesto* enquanto análise sintética do processo produtivo do capital e orientação para a práxis revolucionária, como da posição que argumenta encontrar-se no *Manifesto* a discrição de uma realidade superada pelo processo histórico subsequente.

2 - Atualidade imediate: previsão e perspectiva da revolução

O ponto de partida metodológico e teórico-prático da formulação marxiana, e expressa também no *Manifesto*, é a posição e o movimento do *outro*, do negativo da ordem sócio-histórica — o que redundará na luta de classes —, pois que esse é o portador do futuro. Para Marx, a materialidade e a ontologia da luta de classes, em sua última forma histórica, encontra-se no processo produtivo do capital e na sua transposição, e só quem pode fazer isso é o proletariado enquanto *outro* do capital.

Antes que tudo, no *Manifesto*, Marx e Engels apresentam a

burguesia como classe social que conduz o processo produtivo e que acumula capital. Surgida da desagregação da ordem feudal, a sociedade burguesa ganhou impulso com o Ocidente se expandindo e se apropriando do mundo e com a concomitante substituição da corporação feudal pela manufatura. Mas a burguesia moderna só se conforma plenamente enquanto classe dominante com o surgimento da grande indústria, quando acelera a formação do mercado mundial. Nesse processo transforma continuamente os meios de produção, incorpora e submete todos os povos. A burguesia tudo transforma com o objetivo de criar um mundo novo e homogêneo, não se dando conta que seu projeto e seu sonho estão sendo sempre atormentados pela gestação do *outro* ser social antagônico.

A necessidade de desobstrução da dinâmica do capital passa pela transposição da ordem feudal, com sua visão de desigualdade natural e de hierarquia social, pois que, sem esse passo o mercado do capital não pode se desenvolver sobre o alicerce das novas forças de produção que pressionam por passagem. Esse movimento, no entanto exige esforços que implicam crises produtivas de maior ou menor monta, que promovem a destruição de forças produtivas acumuladas, a fim de garantir a conformação de outras e a decorrente ampliação de horizontes, de mercado e de poder.

De tal maneira, a revolução burguesa surge como liberação do processo produtivo do capital das amarras do passado, o mesmo processo que cria as condições para que a burguesia emerja como classe dominante da nova ordem. Isso ocorre na medida em que o movimento histórico e a ação de todas as outras camadas sociais que se opõem ao feudalismo convergem com os interesses de classe da burguesia. É nesse sentido também que as idéias do liberalismo, enquanto elemento constitutivo da

revolução burguesa, passam a predominar. O ideário do liberalismo, interlocutor privilegiado de Marx e Engels no *Manifesto*, aponta para um mundo de homens livres e iguais no mercado do capital normatizado pela lei civil promulgada e garantida por um Estado surgido de alguma forma de pacto ou acordo social.

Os eventos revolucionários desencadeados em Paris a partir de fevereiro de 1848, apenas algumas semanas de concluída redação do *Manifesto Comunista*, demarcam o último ato da burguesia como classe revolucionária e portadora do futuro. E isso por dois motivos interligados: de um lado se consolidava o poder político burguês, e por outro, nos meses seguintes pela primeira vez na história o proletariado se apresentaria como sujeito autônomo dotado de interesses e projeto próprio. Ou seja, ao mesmo tempo que se concluiu a revolução burguesa, o proletariado se apresentava, ainda que fugazmente, como classe e como partido, necessidade indicada no *Manifesto*.

O ponto de partida para a revolução socialista é a constituição do proletariado enquanto classe e partido político.

A revolução burguesa de 1848, enquanto tal, se orienta para a formação e fortalecimento de Estados nacional-liberais por amplas zonas da Europa, forma de ampliar o próprio mercado capitalista. A expansão da revolução para regiões da Itália, Alemanha e Oriente europeu fez com que parecesse emergir a "primavera dos povos" e a formação de uma constelação de Estados nacional-liberais com respaldo popular. Mas a tibieza da burguesia e a percepção de que essa mesma onda revolucionária levava no seu bojo a virtualidade da revolução

proletária internacional e a consequente negação da ordem do capital que apenas se consolidava, promoveu o reencontro da burguesia com as velhas classes dirigentes feudais.

De todo modo, para Marx e Engels o espaço da revolução socialista estava delimitado pelo espaço dentro do qual a ordem do capital se mostrava vencedora e se consolidava. E isso apesar deles terem em clara conta que a vitória histórica da burguesia e do processo de reprodução ampliada do capital implicava a necessidade do saque e da expansão mundial do mercado. Acontece porém que o proletariado, enquanto *outro* negativo do capital gestado no seu próprio processo produtivo existe objetivamente apenas onde existe a grande indústria ou onde essa está em vias de se impor. Assim, o espaço da revolução proletária socialista, em 1848, não pode ser mais que o núcleo do Ocidente: a Inglaterra, a França, a Bélgica, e que poderia envolver parte da Alemanha, da Itália e a Boêmia. Aí estavam os proletários de todos os países que deveriam se unir!

Segundo o *Manifesto*, o ponto de partida para a revolução socialista (comunista, melhor dizendo) é a constituição do proletariado enquanto classe e partido político. Isso significa que o proletariado deve estar arregimentado e dotado de uma vontade coletiva que se consubstancia num programa político e num projeto histórico respaldado por uma teoria. O objetivo histórico imediato do proletariado assim constituído é a tomada do poder político, a instauração da democracia e a destituição da burguesia como classe dominante. Para que isso efetivamente ocorra é necessária a expropriação dos grandes meios de produção que se tornam propriedade social. Evidente que isso exige uma atitude ditatorial e uma violação do "direito de propriedade".

O poder político proletário tem por programa e objetivo histórico a supressão das relações

sociais de produção capitalistas fundada no princípio da propriedade privada e também de todo o poder político enquanto esse significa o poder coercitivo de uma classe sobre outra. O poder proletário visa então a diluição de toda forma de poder político e de Estado político, o fim da exploração, o fim da dominação política e a emergência de um Estado efetivamente público no qual a liberdade humana possa se manifestar em condições de igualdade. Nesse mesmo processo os conflitos entre as nações, próprios da época burguesa, aos poucos tornam-se relações de complementaridade e cooperação, tornando possível a difusão da ciência, técnica e alta cultura do Ocidente por toda a humanidade.

3 - Primeiro interregno

A derrota da revolução proletária de 1848 e a dissolução da Liga dos Comunistas em 1852, acabou jogando o *Manifesto* no limbo por anos. Quando o movimento operário retomou ímpeto e organizou-se a partir de 1864 na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a circunstância era outra, e a necessidade de se unir tendências diversas acabou obscurecendo o notável panfleto. Foi após a derrota Comuna de Paris (1871) e a definitiva fratura da AIT que novas edições e traduções do *Manifesto* vieram a público em edições limitadas. De um lado incluído no esforço de ordenar minimamente os seguidores das concepções de Marx e Engels, e de outro como fruto da expansão geográfica do movimento operário e da teoria socialista (e de certo modo, também do processo de produção do capital). No *Prefácio* à edição alemã de 1872, Marx e Engels reconhecem que, obviamente, passagens do documento — como o programa imediato e a crítica das tendências socialistas — são datadas, mas que — o mais importante — os princípios gerais preservam toda a exatidão.

De maneira implícita Engels reconhece que o relativo obscurecimento do *Manifesto*, que em certa medida passa a ser visto apenas como documento histórico, ocorreu em paralelo com a perda de radicalidade da ação política do proletariado, aliás como chamava atenção o marxista italiano Antonio Labriola. No *Prefácio* à edição inglesa de 1888, Engels tenta justificar o fato do *Manifesto* se identificar com o nome de comunista e não como socialista, que era como se chamava a maior parte dos grupos políticos criticados no *Manifesto* e também os partidos operários que estavam prestes a compor a IIª Internacional.

Na *Introdução de 1895* ao opúsculo de Marx *A luta de classes na França (1848-1850)*, considerado seu "testamento político", Engels faz uma análise da contradição em processo do desenvolvimento capitalista e da luta operária do meio século precedente. Mesmo sem fazer digressões sobre o *Manifesto*, Engels reafirma a análise geral nele contida do processo capitalista, mas observa criticamente a tática política então utilizada pelo movimento operário, identificada como "jacobina", assim como a ilusão de que as contradições do capital estivessem num nível de transbordamento. Como se sabe, Engels passa a defender uma linha política de acumulação de forças, de organização do crescente "exército" proletário, combinado luta socio-cultural com luta político-institucional, visando ocupar todos os espaços sócio-políticos possíveis, e assim empreender uma operação de cerco ao poder burguês.

A deformação do "testamento de Engels" perpetrada por expoentes da social-democracia alemã, não só deu respaldo e legitimidade ao reformismo como reservou o limbo para o *Manifesto Comunista*. A intrusão neokantista e positivista na teoria marxista "oficializada" na IIª Internacional, ao tentar valorizar os aspectos mais "científicos" e "econômicos" da obra de Marx, não só menos-

prezou os escritos de juventude como também a dialética que é a própria essência da formulação teórica marxiana. O resultado foi também o acantonamento do *Manifesto Comunista*, particularmente no que se refere ao programa político geral e a necessidade ali expressa da tomada do poder político pelo proletariado constituído em classe.

4 - A atualidade da revolução em processo

É precisamente no embate contra o reformismo, predominante no movimento operário, e contra a guerra imperialista que ocorre o resgate da dialética e a refundação da crítica prática da ordem do capital. O recurso à dialética torna-se necessário a fim de se dar uma nova ênfase ao estatuto da vontade organizada antagônica a dinâmica histórica conduzida pelo capital, na qual o reformismo social-democrata garantia uma inserção subalterna do proletariado. O renovado destaque à questão do *outro* é posto pelo ingresso da acumulação do capital em nova fase, caracterizada pela inevitabilidade da guerra e dos conflitos interimperialistas. O crescente predomínio dos monopólios na produção e no mercado, assim como sua interação com o poder político, colocaram em crise o liberalismo tanto como política econômica quanto como ideologia da ordem.

Monopólios econômicos e concentração do poder político estatal com vistas a guerra sugerem, sem dúvida, uma superação das condições do capital indicadas no *Manifesto Comunista*. A nova atualidade teórico-prática desse breve texto advém precisamente da sentida necessidade da refundação comunista nas circunstâncias postas da iminência da guerra imperialista e da incapacidade do reformismo em lhe fazer frente. Embora o processo produtivo do capital se encontrasse numa nova fase, diferente da época da

consolidação da ordem burguesa na qual o *Manifesto* fora redigido, a questão central, presente naquele panfleto, e que ganhava nova atualidade, era a da constituição do proletariado enquanto classe e partido político tendo em vista a derrubada da burguesia e a conquista da democracia. Ou seja a atualidade do *Manifesto* foi repostada pela própria atualidade da revolução socialista.

Não se trata de uma casualidade a mudança do nome do agrupamento bolchevique vitorioso para partido comunista, por proposição de Lenin, em 1918. A reivindicação à radicalidade crítica exposta no *Manifesto* de 1848, assim como a disposição em romper com o reformismo, é explícita! O texto inacabado de Lenin, *O Estado e a revolução*, básico no processo de refundação teórica do comunismo, recorre diretamente ao *Manifesto*. Lenin enfatiza a questão da natureza de classe de todo poder político, a necessidade da constituição do proletariado como classe dotada de um partido de vanguarda capaz de leva-la a conquista do poder e dar início ao programa de internacionalização da revolução e de gradativa extinção do aparato estatal. É sintomático que Lenin ignore o "testamento de Engels", já que esse, após passar pela "censura" da imprensa social-democrata, havia se transformado em arma legitimadora do reformismo.

É exatamente a via parlamentar que o reformismo fazia vir a tona do texto de Engels, deixando na sombra a luta de massa e a necessidade de derrotar o capital em todas as dimensões da vida social, que Rosa Luxemburg criticava vivamente. Em fins de 1918, no congresso de fundação do partido comunista da Alemanha, Rosa resgata o *Manifesto Comunista*, chamando atenção em particular para o *Prefácio* de 1872, reafirmando a necessidade da destruição do mecanismo estatal existente, por tratar-se de elemento imprescindível na reprodução da ordem do capital e que não pode

ter sua função meramente alterada para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A barbárie da guerra imperialista só poderia ser confrontada, na acepção tanto de Lenin quanto de Rosa, pela revolução socialista internacional que implicaria a expropriação das burguesias imperialistas e o dismantelamento das máquinas estatais que estavam conduzindo o massacre. Mas para que a revolução fosse viável era necessário que o movimento operário fosse subtraído da hegemonia reformista. Essa operação significava a (re)constituição do proletariado enquanto classe e partido político, cuja condição inicial era a cisão teórico-prática com o reformismo a fim de que a refundação comunista tomasse corpo.

...o espaço da revolução socialista deveria se ampliar rapidamente para a Alemanha, conformando uma revolução russo-alemã.

Na Rússia esse processo ocorreu com maior rapidez em função da configuração recente da indústria e da produção capitalista sob a vigência de um poder político autocrático, condição pouco propícia a consolidação do reformismo. Quando o processo revolucionário foi desencadeado, em março de 1917, a cisão entre os reformistas e aqueles que apregoavam o imediato poder proletário, era já um fato consumado. Na Alemanha, a cisão com o reformismo ocorreu em definitivo tão somente no fim de 1918 quando a contra-revolução estava já articulando suas forças com auxílio da social-democracia. Mas foi com a fundação da Internacional Comunista, em março de 1919, que a cisão com o reformismo se consolidou no seio do conjunto do movimento operário e socialista.

Pode-se então afirmar que o

Manifesto Comunista ganhara uma nova atualidade teórico-prática entre 1917 e 1921. Esse o período em que o proletariado se recompõe internacionalmente enquanto classe e partido dotado de uma teoria e de um projeto, desenvolvendo-se assim a revolução socialista internacional. Eclodida na Rússia em março de 1917 como revolução democrática liberal, transformou-se rapidamente em revolução socialista, cuja condição de vitória era a difusão para um espaço internacional que englobasse territórios com forças produtivas do capital mais desenvolvidas. Assim, o espaço da revolução socialista deveria se ampliar rapidamente para a Alemanha, conformando uma revolução russo-alemã. Essa teria o potencial de cobrir, além de toda a Europa oriental, Itália e França, a ocidente, e China, a oriente.

A derrota da ofensiva da classe operária e da revolução socialista internacional, que desde 1921 ficou circunscrita ao território do antigo império czarista significou o início da recomposição hegemônica do capital e a manutenção do predomínio do reformismo no interior do movimento operário. Com isso, a subjetividade antagônica expressa na refundação comunista sofreu uma derrota que obrigou um deslocamento do eixo da análise e da ação política que, dialeticamente, passou a privilegiar as forças objetivas da contradição em processo. O resultado foi a elaboração da linha política da frente única, cuja implicação era a aliança com o reformismo, sem que se diluísse (por enquanto) a dialética presente no *Manifesto* e que a refundação comunista operada por Lenin e Rosa havia resgatado.

5 - Segundo interregno

No decorrer dos anos 20 uma renovada e multifacética intrusão positivista no movimento comunista que afetou particularmente o partido comunista bolchevique,

abriu o caminho para um novo e prolongado interregno do *Manifesto Comunista*, naquilo que significa de abordagem ontológica do capital em processo e da necessidade da revolução socialista ser operada pelos trabalhadores constituídos em classe e partido tendo em vista o fim da exploração e do Estado político. A Segunda fase, de refluxo, da refundação comunista, se manifestou nas formulações de Lukacs e Gramsci, justamente os dirigentes revolucionários que melhor formularam a política de frente única enquanto orientação revolucionária adequada às condições de contra ataque do capital.

O stalinismo, conformado como regime político a partir de 1929, representou a própria negação não só da refundação comunista mas também do *Manifesto*, na medida em que preservou a exploração e fortaleceu o Estado político, generalizando, antes que suprimindo, a propriedade privada na esfera falsamente pública. O acoplamento político-cultural do movimento comunista mundial ao socialismo de Estado — vigente na URSS e no império oriental formado a seu redor — submergiu a radicalidade crítica presente no *Manifesto*, conduzindo os partidos comunistas para uma variante de reformismo.

Ao contrário do que supôs Lenin, a fase imperialista do capital não se identificou com o período de "apodrecimento" do capitalismo ou mesmo de decadência cultural como chegou a afirmar Lukacs. Foi Gramsci o primeiro a perceber que após a derrota da revolução socialista internacional, sob formas variadas de revolução passiva, teve início uma fase de recomposição da hegemonia do capital na sua fase imperialista. Não só o stalinismo surge como uma específica forma de revolução passiva do Oriente que processa uma acumulação do capital fncada na apropriação estatal dos meios de produção, como o imperialismo se rearticula em torno do corporativismo fascista e do americanismo-fordista.

Após a derrocada militar do fascismo, em 1945, o americanismo-fordista tende a se generalizar como a forma produtiva do capital na fase imperialista. Essa nova hegemonia foi completada com a teoria econômica de Lord Keynes que deu respaldo às políticas governamentais que deram vida ao Estado assistencial (o chamado Welfare State). Um acordo tácito entre a burguesia e as instituições sócio-políticas do movimento operário preservaram e ampliaram o governo representativo e os direitos sociais em troca do reconhecimento da hegemonia do capital e de sua dinâmica de acumulação.

Assim, diante do predomínio do stalinismo e do americanismo, o *Manifesto Comunista*, com tudo que significa de análise ontológica do processo produtivo do capital e da concomitante geração de uma subjetividade antagônica a ordem, mais uma vez viu-se relegado ao limbo, visto como um documento histórico que teve sua importância no seu tempo, mas não mais que isso. Essa interpretação da importância do *Manifesto* apenas como documento histórico é um indício forte da subalternidade das forças do trabalho diante da hegemonia do capital. Ao contrário do que imaginavam Lenin e Rosa, mas próximo das análises de Gramsci, o reformismo voltou a ganhar força na época imperialista fordista, na medida que conseguiu auferir espaços políticos e ganhos sociais à classe operária.

6 - A atualidade reposta pela globalização

Aconteceu porém que, em meados dos anos 70, o capital passou a encarar os direitos sociais e o fortalecimento institucional do movimento operário, associado à notável contestação sociocultural, como responsáveis pelos limites que a reprodução ampliada passou a encontrar, assim como pela crise fiscal do

Estado. As contradições intrainperialistas e o fortalecimento militar da URSS também contaram como elementos importantes para que o capital desencadeasse forte ofensiva preventiva visando recompor sua hegemonia e enfrentar o declínio das taxas de acumulação.

A ofensiva do capital contra o mundo do trabalho visando a superação da crise de valorização ganhou o nome de globalização. Uma designação de forte teor ideológico mas que vem ganhando um significado científico crítico bastante aceitável. O processo de globalização pode ser vista como uma nova revolução burguesa de âmbito mundial; mas não uma revolução, evidentemente, que visa a construção de um mundo novo sobre as ruínas da velha ordem. Muito pelo contrário, essa revolução burguesa tem por objetivo o pisoteamento dos direitos sociais da força de trabalho que foram conquistados na era imperialista pela luta do movimento operário e pela pressão ideológica e militar do socialismo de Estado, fazendo com que essa revolução burguesa assumira um forte caráter de contra-revolução. Ao mesmo tempo, porém, a globalização reorganiza o processo produtivo e o poder político do capital, fazendo avançar as contradições da ordem. Essa dupla face de revolução/restauração é que permite identificar a globalização como uma revolução passiva de caráter universal.

A revolução técnico-científica e gerencial, potencializada a partir do segundo lustro dos anos 70, promoveu alterações na própria materialidade do capital com significativo aumento do capital constante e mudança no perfil do mundo do trabalho. O aumento da produtividade do trabalho é acompanhada pela dotação de conhecimento técnico e científico de uma parcela de trabalhadores, pela superação histórica dos trabalhadores fordistas-taylorizados, em diminuição gradativa tanto do ponto de vista numérico como no poder de contratação, e

pela criação de uma massa gigantesca de trabalhadores precários.

Esse esforço de recomposição da reprodução ampliada do capital é possível em decorrência do excedente obtido pelo setor financeiro especulativo que conduz a passagem do capital para a nova fase de acumulação. No entanto, é possível dizer que o investimento do capital financeiro na inovação tecnológica é apenas parcela, pois o grosso de sua reprodução advém do próprio mercado financeiro que encontra-se dissociado do processo produtivo material. Isso significa que o capital tende, no seu atual processo de reprodução, a se dissociar da força de trabalho, cuja exploração está embutida no seu próprio ser.

A ofensiva do capital, recompondo sua própria materialidade e alterando drasticamente o perfil do mundo do trabalho, introduz uma crise sem precedentes nas instituições sociais e na cultura do movimento operário que encontrava-se estruturada em torno da classe operária fordista. Assim, tanto a vertente comunista como a social-democrata do movimento operário, diante do gradativo esfacelamento de sua base social e política, passaram a buscar consensos e eleitorais em camadas sociais integradas ao processo de transformação conduzido pela ação do capital, num esforço de sobrevivência política e tentativa de influir na marcha dos acontecimentos, ainda que de maneira subalterna.

Na verdade, tanto comunistas como social-democratas enveredaram um esforço "transformista" para sobreviver na passagem de uma revolução passiva a outra, da recomposição imperialista fordista do capital após o impacto da revolução socialista de 1917-1921 à nova ofensiva que está induzindo a desterritorialização e mundialização do capital. É nessa passada que emerge a idéia da "crise do marxismo", que nada mais é que a crise da camada

intelectual articulada ao movimento operário fordista e de sua ideologia.

Com suas linhas de defesa em crise – sindicato, partido e cultura – o mundo do trabalho encontra-se vulnerável ao ataque do capital contra os espaços políticos e contra os direitos sociais conquistados dentro do Estado nacional. O argumento do novo "clero" ligado a oligarquia financeira é que tanto os direitos sociais do mundo do trabalho quanto a existência de empresas público/estatais oneram a produção e acentuam a crise fiscal do Estado, motivos e objetos esses da ofensiva do capital. Assim, a redução paulatina dos direitos sociais se acopla a privatização dos recursos naturais e meios de produção sob controle estatal, particularmente nos Estados mais débeis e periféricos do sistema mundial que tem sua soberania debilitada e seus mercados assediados e colonizados.

A formação de blocos regionais, por outro lado, esvazia o conteúdo democrático efetivo dos governos representativos nacionais em favor de novas burocracias diretamente ligadas aos interesses do capital financeiro. Ao mesmo tempo a "democracia" se consolida como a ideologia política predominante nessa era da globalização, tomando parte no discurso de agrupamentos os mais diferenciados, mas todos convergindo na convicção da insuperabilidade da ordem do capital. Nesse momento a ideologia da liberal-democracia tende a se confundir com a liberdade sem limites do capital cujo desdobramento é a redução da grande maioria da humanidade a formas variadas de servidão. A liberdade do capital como único sujeito implica o poder sem restrições da oligarquia financeira global num livre-mercado de monopólios cada vez maiores sobrepostos a uma massa de indivíduos despossuídos conformados numa subjetividade egóico-proprietária, e essa realidade é chamada de "democracia".

Dessa maneira, a globalização repõe dialeticamente a atualidade do *Manifesto Comunista* redigido em 1848 por Marx e Engels na medida em que constata-se que a burguesia invadiu todo o globo e o capital mundializou-se, tendendo, nessa esteira, também os padrões culturais a mundializar-se. Elementos de grande atualidade discernível nesse insuperado documento é que a crescente concentração da riqueza social, intrínseca à própria dinâmica do capital, criou uma oligarquia imperial transnacional que tem sua ideologia liberal defendida e difundida por uma vasta e diversificada camada intelectual. Em oposição a esses encontra-se uma crescente massa de proletários, fragmentados na sua composição social e inoperantes politicamente, incapaz, esse outro do capital, de compor uma subjetividade antagonista.

O desafio repostado ainda uma vez é, portanto, a constituição do proletariado como classe e como partido político dotado de uma teoria crítica, negativa da ordem, e de um projeto. Mas trata-se, agora, da constituição de um proletariado global, pois que o espaço da revolução socialista não pode ser outro que o inteiro território do império universal do Ocidente liberal que cobre todo o planeta. Certo que esse proletariado global a ser constituído politicamente é diversificado ao extremo incluindo a nova classe operária gestada na revolução técnico-científica, os operadores informacionais autônomos, a classe operária fordista e a grande massa de trabalhadores precários. Esse desafio exige uma refundação teórico-prática do comunismo que rejeite e supere todo o formalismo, resgatando a radicalidade crítica presente no *Manifesto Comunista*.




liza-
e a
nista
rx e
tata-
do o
u-se,
m os
r-se.
dade
ado
ente
cial,
a do
quia
n sua
da e
iver-
Em
uma
rios,
ição
ente,
l, de
anta-

uma
o do
como
uma
em, e
gora,
riado
o da
le ser
o do
dente
neta.
lobal
nte é
uindo
da na
a, os
tôno-
ta e a
dores
uma
a do
upere
ndo a
te no



DE VOLTA PARA O FUTURO...

Professor Pedro
Jorge de
Freitas é 
mestre do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade
Estadual de
Maringá.

Creio que em tempos tal como o em que vivemos, quando o horizonte não se ilumina generoso, nem se mostram as cabeças à altura da tarefa de desenhar um novo mundo, generaliza-se a tendência em se reunir visões idealizadas do passado (em oposição à perversidade do presente) com o desejo de fazer algo (que recusa a urgência da ação refletida), operação da qual resulta invariavelmente ou o desespero estéril (que se opõe à paixão sob controle) ou o capitulacionismo, faces de uma mesma criatura, ora nostálgica, ora cínica; ora utópica, ora excessivamente pragmática, à qual falta, em qualquer uma de suas múltiplas personalidades, a competência para se impor como alternativa eficaz à crise em que vivemos.

Em tais circunstâncias é-nos possível pensar revolucionariamente? Possível, sim, porém extremamente difícil. Difícil, com certeza, porém absolutamente necessário.

Nestas horas, uma visita ao velho Manifesto pode ser bastante saudável. Para que não haja dúvidas, deixemos claro que não pretendemos fazê-la como quem vai ao boticário à procura de um remédio milagroso ou o templo em busca de inspiração divina. Mas como alguém que sabe que qualquer resposta que venha a ser formulada estará submetida ao

duro teste da realidade o qual, a despeito de toda boa intenção dos que a ele se submetem, mostra-se sempre pouco benévolo em relação aos equívocos de nossa análise.

Comecemos, então, esta nossa visita, que pela sua ligeireza seria o que, anos atrás, chamaríamos de visita de médico.

Com certeza, o Manifesto está entre as obras que maiores paixões despertaram entre seus leitores e também entre os não leitores. Entre aqueles que a ele recorrem para fundamentar sua prática revolucionária e entre aqueles que a repudiam. Entre os comunistas que o desconhecem para além do título e entre os anti-comunistas que sequer sabem da sua existência. Esta curiosa trajetória já deixa evidente um ponto de partida: o Manifesto não é um texto acadêmico, resultado do esforço de alguém preocupado apenas em fazer ciência. É um texto de luta, de intervenção, escrito por e para aqueles que não se contentam mais em explicar a realidade, mas que teimam em transformá-la. Esta é a razão dos ódios e amores que desperta.

Escrito em fins de 1847 e publicado em fevereiro de 1848, o Manifesto resulta de uma feliz combinação entre dois processos de maturação: de um lado, a maturação intelectual de seus autores após árduo período de

confrontação teórica com as maiores correntes de pensamento da época, de outro, a maturação das contradições entre capital e trabalho que àquela altura já evidenciavam as mazelas da ordem burguesa. Se podemos dizer que o amadurecimento das lutas sociais apressou a maturação intelectual de Marx e Engels, não se pode, porém, a eles atribuir maiores influências nos episódios que marcaram o ano de 1848 como o ano do definitivo abandono por parte da burguesia de qualquer ilusão humanista que por ventura ainda tivesse.

Entendido desta forma, devemos reconhecer o Manifesto como um texto datado, não para, como fazem muitos, retirar-lhe a importância para os dias atuais ou hipocritamente defender o seu inquestionável direito a um lugar... na estante. Reconhecê-lo como um texto datado significa antes preservá-lo das leituras dogmáticas que acabam fornecendo farto material aos seus detratores e, ao mesmo tempo, realçar seus aspectos válidos até hoje, resultantes do esforço que mescla a frieza do rigor categorial com a contundência exigida pelo momento de convulsão social.

Estas duas características – rigor e contundência – dão também a forma do Manifesto. Sua primeira parte é um notável exemplo do que aqui falamos: na

síntese histórica que nos apresenta podemos encontrar a condensação dos estudos de seus autores até aquele momento. Apesar de sua concisão, o texto revela a pouca disposição de Marx em fazer qualquer concessão aos raciocínios simplistas ou utópicos: seu ponto de partida é a história, as relações sociais, os homens concretos assegurando a sua existência, em um movimento no qual Marx procura captar, como afirmara na Crítica de Kreuznach, a lógica da coisa e não a coisa da lógica, cuja apreensão é condição indispensável de qualquer transformação revolucionária. A preocupação de Marx aqui é dar ao movimento comunista, consistência teórica que o diferenciasse dos projetos utópicos ou das aventuras conspirativas ainda em moda. Marx antecipa no Manifesto esta preocupação que lhe acompanhará por toda a vida e que pode ser sintetizada na expressão de Lenin, segundo a qual, sem teoria revolucionária não pode haver revolução.

Esta primeira e mais conhecida parte do Manifesto é também aquela que mais sujeita às crises está. A partir dela acusa-se o Manifesto de ser um texto de viés determinista, etnocêntrico, com uma visão unilateral da história e assim por diante. A origem destas críticas está no fato de que, inquestionavelmente, o Manifesto faz-se herdeiro da tradição hegeliana e iluminista de compreender a história sob um prisma progressista. Recusam-se seus autores a empreender qualquer crítica romântica à sociedade burguesa, ao contrário, como veremos adiante, fazem questão de evidenciar o caráter reacionário destas críticas.

Procuramos esboçar aqui algumas considerações sobre algumas das críticas a que está sujeito o Manifesto.

Começamos pela Crítica de Marx e Engels ao construírem o arcabouço teórico do movimento comunista baseavam-se em uma leitura da história e que isto responderia a uma discriminação

contra povos e culturas que ainda não tivessem atingido o estágio de desenvolvimento material da Europa. Funda-se esta crítica entre outras na passagem em que Marx afirma que "devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e aos constantes progressos dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente de civilização mesmo as nações mais bárbaras".

Sacrilégio! Marx considera então que o desenvolvimento das forças produtivas é critério para distinguir os povos entre civilizados e bárbaros? A bem da verdade, sim, mas antes busquemos as origens mais remotas destas críticas.

...todas as culturas merecem ser consideradas a partir de seus próprios valores...

Já Hegel sofrera a mesma impugnação por parte da escola história alemã. Sua filosofia da história que apontava na mesma direção evolutiva era acusada de não reconhecer em cada povo, em cada época, o seu papel específico, a sua característica própria. Cada sociedade estaria subsumida a um projeto maior que a reduziria a mera passagem para um estágio mais evoluído. Os homens, portanto, perante Deus, não seriam iguais, mais ou menos importantes de acordo com a época em que tivessem nascido.

É certo que o idealismo objetivo de Hegel jamais colocou as coisas nestes termos e muito menos Marx para quem a presença de qualquer figura fora da própria história era coisa estranha e descartável. Mas é certo também que a crítica assumiu um novo discurso, mais atual, para posicionar-se em defesa da legitimidade das diferenças culturais frente ao projeto "totalitário" de Marx: todas as culturas merecem ser consideradas a partir de seus

próprios valores, não podendo ser julgadas pela óptica de uma outra sociedade.

Desta crítica decorrem outras: Marx ao desenvolver sua noção evolutiva de história acabaria recorrendo a um determinismo de caráter positivista. A história percorreria etapas pré-determinadas e os homens deixariam de ser seus agentes. Daí porque Marx teria sempre enfatizado o papel determinante das forças produtivas e relegado a um segundo plano ou simplesmente negado qualquer papel relevante à cultura, à arte, ao desejo, ao dionisíaco que não pode ser acorrentado em teorias... De porte deste instrumental rígido e agigantado, que se proporia a encontrar leis gerais, seria o marxismo incapaz de dar conta dos casos concretos, do dia-a-dia dos homens.

De fato, em Marx encontramos esta teoria evolutiva da história e também o desenvolvimento das forças produtivas como critério de evolução. Entretanto, esta evolução jamais é vista por Marx como linear, como isenta de contradições, mas sempre como um leque maior ou menor de possibilidades. Em outras palavras, como possibilidade da humanidade exercer sobre a natureza em seu benefício maior ou menor controle, ou ainda, maior ou menor liberdade de ação dos homens diante das determinações naturais.

É com este espírito que Marx caracteriza a burguesia com classe que desempenhou papel eminentemente revolucionário na história, criando maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, conforme encontramos no Manifesto. Marx não era um utópico, nem tampouco um franciscano. Sabia que as conquistas materiais obtidas pela sociedade capitalista ampliavam o leque de possibilidades humanas frente à natureza. A fartura material é condição primária para qualquer processo emancipador: mantenha-se a carência e toda a velha imundície retornará (v. Ideologia Alemã).

Daí a ver Marx como um defensor da evolução linear da história vai uma grande distância. Se fosse assim, Marx jamais poderia ter iniciado a primeira parte do Manifesto falando exatamente que a história da humanidade tem sido até os nossos dias a história da luta de classes. Ora, o que é a luta de classes senão a luta de cada classe para obter ou preservar para si certa quantidade dos bens – espirituais e materiais – produzidos pelo conjunto da humanidade? Ou então, mais adiante, afirmar que “todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias em proveitos de minorias”.

Ora, a única coisa que se pode afirmar deste problema é que Marx reconhecia que cada nova época de desenvolvimento das forças produtivas abria para a humanidade maiores perspectivas de sua emancipação, mas também que cada novo desenvolvimento destas forças implicava para uma parcela da humanidade uma quantidade maior de sacrifícios e, em certos casos, a supressão de benefícios existentes na sociedade anterior.

Mas, se falamos em leque de possibilidades, em maior ou menor campo de ação para os homens, como poderíamos estar falando de uma visão determinista da história? Se assim fosse, quem gozaria destas possibilidades? E quem as criaria? Creio que seja simplificar demais as coisas imaginar que um pensador do porte de Marx, cuja obra é de notável coerência, gastasse boa parte das suas energias mentais a estudar a obra de Hegel na qual reconhecia com simpatia a presença do elemento racional enquanto motor de todas as transformações históricas (e que ao por o mundo invertido de Hegel sobre seus pés, entregou aos homens concretos esta capacidade) ou que criticasse com tanta acidez o materialismo contemplativo, se sentisse atraído pelas armadilhas do determinismo. Para quê? Para completar um fictício seu sistema filosófico, tarefa pela qual nunca

se interessou? Ou para apontar o fim para uma história que ele afirmará no Prefácio à Contribuição.... ainda não ter começado?

Tal crítica, entretanto, não é gratuita, pura maledicência contra a obra de Marx. O próprio fato de que as revoluções anti-capitalistas do nosso século aconteceram invariavelmente em países de baixa capacidade produtiva colocaram os protagonistas destes episódios a dura tarefa de buscar a satisfação das necessidades materiais como a primeira a ser enfrentada, donde uma acentuação exagerada do aspecto econômico permitiu a emergência de fenômeno de tipo stalinista cuja influência atingiu a quase totalidade da produção teórica marxista a partir da década de vinte até os nossos dias. Assim, se na obra de Marx o determinismo é um estranho, deve-se admitir – para combatê-lo – que goza de enorme intimidade com o marxismo pós-Marx.

... Marx só poderia ter produzido tantas páginas de tantos casos, se fosse com a ajuda de um Anjo da Guarda.

Por fim temos a crítica de que esta macro-teoria elaborada por Marx não estaria em condições de analisar as questões concretas. No mesmo ano em que escreveu o Manifesto, com irrupção do processo revolucionário na Prússia, Marx retorna do exílio e inicia com Engels a publicação da Nova Gazeta Renana. Neste jornal de oposição, Marx escreve uma série de artigos analisando os limites do processo revolucionário, a fragilidade do proletariado, a pusilanimidade da burguesia prussiana às voltas com seu namoro com a Coroa e apontava certamente quais os resultados prováveis. Talvez não haja obra acadêmica ou não que dê conta com tanto maestria do assunto. Com a derrota do movimento em toda Europa, Marx põe-se a

analisar suas causas e inicia uma série de artigos dos quais resultará o clássico “18 Brumário...”, uma das mais importantes obras de análise de um caso concreto de luta de classes. No exílio prossegue seus estudos de Economia Política, dos quais resultarão os volumes de “O Capital” repletos de exemplos concretos. Marx analisará ainda a Comuna de Paris, os diversos movimentos nacionais, trocará correspondências onde opinará sobre as mais diversas questões. Enfim, para quem era portador de uma teoria que não dava conta dos casos concretos, Marx só poderia ter produzido tantas páginas de tantos casos, se fosse com a ajuda de um Anjo da Guarda. Mas Marx era materialista e não acreditava em anjos.

Ainda aqui, o que vemos são reflexos da mesma idéia, segundo a qual, a obra de Marx recusaria reconhecer o papel da individualidade, que limitar-se-ia a apontar contradições sociais fetichizadas e que, portanto, não serviria como referência para análise das contradições próprias de cada sujeito. Dois textos, separados por mais de trinta anos, dão-nos, entretanto, pistas esclarecedoras deste “descaso” de Marx com o indivíduo. Refiro-me aos Manuscritos de 44 e à Crítica do Programa de Gotha. No primeiro, Marx ainda jovem, preso a uma linguagem bastante influenciada pelo hegelianismo, prepara-se para confrontos maiores com a Economia Política clássica a partir da crítica da propriedade privada e de suas conseqüências sobre o indivíduo isolado. Aqui já aparecem em suas linhas mais gerais as categorias alienação e estranhamento absolutamente necessárias à compreensão dos dramas do homem sob a regência do capital.

Mas é nos segundo texto, de forma muito simples que Marx revela sua opinião sobre o indivíduo: quase para escândalo de muitos marxistas adeptos de uma igualdade imaginária, Marx afirma que os homens devem ser tratados diferentemente uns dos outros

Daí a ver Marx como um defensor da evolução linear da história vai uma grande distância. Se fosse assim, Marx jamais poderia ter iniciado a primeira parte do Manifesto falando exatamente que a história da humanidade tem sido até os nossos dias a história da luta de classes. Ora, o que é a luta de classes senão a luta de cada classe para obter ou preservar para si certa quantidade dos bens – espirituais e materiais – produzidos pelo conjunto da humanidade? Ou então, mais adiante, afirmar que “todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias em proveitos de minorias”.

Ora, a única coisa que se pode afirmar deste problema é que Marx reconhecia que cada nova época de desenvolvimento das forças produtivas abria para a humanidade maiores perspectivas de sua emancipação, mas também que cada novo desenvolvimento destas forças implicava para uma parcela da humanidade uma quantidade maior de sacrifícios e, em certos casos, a supressão de benefícios existentes na sociedade anterior.

Mas, se falamos em leque de possibilidades, em maior ou menor campo de ação para os homens, como poderíamos estar falando de uma visão determinista da história? Se assim fosse, quem gozaria destas possibilidades? E quem as criaria? Creio que seja simplificar demais as coisas imaginar que um pensador do porte de Marx, cuja obra é de notável coerência, gastasse boa parte das suas energias mentais a estudar a obra de Hegel na qual reconhecia com simpatia a presença do elemento racional enquanto motor de todas as transformações históricas (e que ao por o mundo invertido de Hegel sobre seus pés, entregou aos homens concretos esta capacidade) ou que criticasse com tanta acidez o materialismo contemplativo, se sentisse atraído pelas armadilhas do determinismo. Para quê? Para completar um fictício seu sistema filosófico, tarefa pela qual nunca

se interessou? Ou para apontar um fim para uma história que ele afirmará no Prefácio à Contribuição.... ainda não ter começado?

Tal crítica, entretanto, não é gratuita, pura maledicência contra a obra de Marx. O próprio fato de que as revoluções anti-capitalistas do nosso século aconteceram invariavelmente em países de baixa capacidade produtiva colocaram os protagonistas destes episódios a dura tarefa de buscar a satisfação das necessidades materiais como a primeira a ser enfrentada, donde uma acentuação exagerada do aspecto econômico permitiu a emergência de fenômeno de tipo stalinista cuja influência atingiu a quase totalidade da produção teórica marxista a partir da década de vinte até os nossos dias. Assim, se na obra de Marx o determinismo é um estranho, deve-se admitir – para combatê-lo – que goza de enorme intimidade com o marxismo pós-Marx.

... Marx só poderia ter produzido tantas páginas de tantos casos, se fosse com a ajuda de um Anjo da Guarda.

Por fim temos a crítica de que esta macro-teoria elaborada por Marx não estaria em condições de analisar as questões concretas. No mesmo ano em que escreveu o Manifesto, com irrupção do processo revolucionário na Prússia, Marx retorna do exílio e inicia com Engels a publicação da Nova Gazeta Renana. Neste jornal de oposição, Marx escreve uma série de artigos analisando os limites do processo revolucionário, a fragilidade do proletariado, a pusilanidade da burguesia prussiana às voltas com seu namoro com a Coroa e apontava certamente quais os resultados prováveis. Talvez não haja obra acadêmica ou não que dê conta com tanto maestria do assunto. Com a derrota do movimento em toda Europa, Marx põe-se a

analisar suas causas e inicia uma série de artigos dos quais resultará o clássico “18 Brumário...”, uma das mais importantes obras de análise de um caso concreto de luta de classes. No exílio prossegue seus estudos de Economia Política, dos quais resultarão os volumes de “O Capital” repletos de exemplos concretos. Marx analisará ainda a Comuna de Paris, os diversos movimentos nacionais, trocará correspondências onde opinará sobre as mais diversas questões. Enfim, para quem era portador de uma teoria que não dava conta dos casos concretos, Marx só poderia ter produzido tantas páginas de tantos casos, se fosse com a ajuda de um Anjo da Guarda. Mas Marx era materialista e não acreditava em anjos.

Ainda aqui, o que vemos são reflexos da mesma idéia, segundo a qual, a obra de Marx recusaria reconhecer o papel da individualidade, que limitar-se-ia a apontar contradições sociais fetichizadas e que, portanto, não serviria como referência para análise das contradições próprias de cada sujeito. Dois textos, separados por mais de trinta anos, dão-nos, entretanto, pistas esclarecedoras deste “descaso” de Marx com o indivíduo. Refiro-me aos Manuscritos de 44 e à Crítica do Programa de Gotha. No primeiro, Marx ainda jovem, preso a uma linguagem bastante influenciada pelo hegelianismo, prepara-se para confrontos maiores com a Economia Política clássica a partir da crítica da propriedade privada e de suas conseqüências sobre o indivíduo isolado. Aqui já aparecem em suas linhas mais gerais as categorias alienação e estranhamento absolutamente necessárias à compreensão dos dramas do homem sob a regência do capital.

Mas é no segundo texto, de forma muito simples que Marx revela sua opinião sobre o indivíduo: quase para escândalo de muitos marxistas adeptos de uma igualdade imaginária, Marx afirma que os homens devem ser tratados diferentemente uns dos outros

porque são diferentes na realidade. E mais: diz que tratamento igual para homens diferentes é uma ilusão do direito burguês, que na impossibilidade de criar homens iguais na realidade, cria-os na idealidade. O projeto comunista, não é, portanto, o da criação de homens iguais, mas de homens inteiramente diferentes uns dos outros, cujas potencialidades sob novas formas de relação social – e esta é a questão – possam se desenvolver sem limites em benefício de toda coletividade. Em resumo, a individualidade proposta por Marx não é a mesquinha individualidade burguesa que fecha os olhos ao mundo ou que o vê sempre como inimigo. A individualidade comunista é a plena expansão de nossas capacidades em comunhão com a expansão das capacidades do gênero humano, resumida na máxima “De cada um pela sua capacidade, a cada um pela sua necessidade”.

No Manifesto encontramos, portanto, estas características que acompanharão a obra de Marx: a história se fazendo, mas sem plano determinado, pelas contradições que cada época constrói no seu próprio interior, pela ação dos homens que dão respostas a estas contradições, respostas limitadas ao leito das condições históricas.

Recusá-las significa inviabilizar qualquer possibilidade entendimento e ação revolucionários.

Por esta razão, é que Marx e Engels preocupam-se nas partes seguintes do Manifesto em comparar sua proposição com outras formas de crítica à sociedade burguesa. Gostaria de salientar aqui o combate que é feito a todas as formas utópicas e regressistas de crítica ao capitalismo. Tenho a impressão de que as críticas feitas ao projeto marxiano, que aqui já tratamos, conduzem inevitavelmente a uma destas formulações conservadoras renovadas em suas cores. No caso brasileiro em que, pela nossa formação histórica carente de processos revolucionários o regressismo é uma característica marcante não só das nossas classes dominantes, mas muitas vezes também opera como referencial para as forças que se encontram no espectro político mais à esquerda, o problema parece mais grave.

Vejo com muitas suspeitas movimentos que reinventam a cidadania ou querem construir uma ética em algo absolutamente a-ético que é a política. Da mesma forma encaro determinados projetos ecológicos que não vêm a utilização irracional dos recursos naturais sob uma perspectiva de

classe, ou movimentos de minorias que agem da mesma forma. Por certo, alguns dirão que desejo aqui submeter questões específicas a regras gerais, etc, etc... Estamos de volta ao mesmo círculo. Mas é isto mesmo que proponho, pois não consigo pensar o mundo em migalhas e muito menos pretendo reformá-lo por partes. Reconheço a importância de uma abordagem específica dos diversos problemas que o capitalismo nos coloca. Reconheço também que os marxistas foram, ao longo deste século e meio, desleixados no trato de várias questões. Mas, ainda neste encontro, teremos a oportunidade de debater o formidável desenvolvimento das forças produtivas que estamos presenciando e seus desastrosos resultados para os trabalhadores. Somente estaremos preparados para o confronto se reconhecermos que a roda da história não gira para trás e nos dispusermos a partir da realidade, do nosso estudo e da nossa paixão, sem choramingos passadistas, construirmos a teoria da revolução social do próximo século.



minorias
orma. Por
esejo aqui
ecíficas a
stamos de
Mas é isto
, pois não
undo em
os pretendo
Reconheço
abordagem
s problemas
nos coloca.
m que os
longo deste
zados no trato
Mas, ainda
nos a oportu-
o formidável
das forças
amos presen-
astrosos resul-
abalhadores.
os preparados
reconhecemos
ria não gira para
mos a partir da
so estudo e da
m choramingos
ruirmos a teoria
cial do próximo



O MANIFESTO COMUNISTA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL


Ao escrever no centenário da publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels, um economista não marxista, Joseph A. Schumpeter, constatava as características analíticas, políticas e ideológicas do célebre texto. Apesar de reprovar certas afirmações dos autores sobre o capitalismo, não deixou de reconhecer que o Manifesto era portador de qualidades analíticas não encontráveis em simples libelos ideológicos. J.A. Schumpeter se entusiasmou, particularmente, com a compreensão de Marx sobre a vida empresarial, o que em sua opinião, possuía uma enorme importância para a análise econômica. Mais recentemente, veja-se a afirmação Marshall Berman ao posicionar o Manifesto Comunista como um dos mais importantes textos da Modernidade. Destaque impossível a um texto sem força analítica, e que desprezasse as artimanhas, os sortilégios, de uma realidade social que nunca deixou de desafiar as forças sociais inovadoras e revolucionárias. Portanto, as transformações permanentes do sistema de produção, os abalos constantes das condições sociais, as eternas agitações e incertezas da distinta história burguesa, serão analisadas pelo Manifesto Comunista.

A propriedade analítica do texto decorre das análises da re-

volução burguesa e de uma inovadora compreensão dos possíveis sujeitos da revolução social. Um processo social que é analisado nas suas relações dialéticas, e que portanto, reconhecido na realidade concreta constituída pelo desenvolvimento do sistema capitalista, contém um imbricamento dos sujeitos sociais, ou seja, as classes sociais, grupos e demais categorias sociais, profundamente contraditório.

Dizia Marx que a condição fundamental para a existência e a dominação da classe burguesa era a formação e o desenvolvimento do capital. E a condição do capital passava pelo trabalho assalariado. Este por sua vez implica na concorrência entre os trabalhadores. Mas o avanço da indústria, produto involuntário da própria burguesia, subverte o isolamento dos trabalhadores e cria uma união revolucionária resultante da sua associação.

Todavia, esse movimento não deverá ser entendido numa linearidade evolutiva, até porque as classes vão se configurando e reconfigurando em condições materiais e sociais alteradas. Se por um lado Marx assinala a existência da classe social em toda a pré-história do homem, como se, apesar das diferenças históricas entre todas as épocas, este grupo social estivesse sempre presente, de

Professor Pedro
Roberto
Ferreira é 
doutor do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade
Estadual de
Londrina.

outro, não economiza referências sobre as lutas sociais na época moderna entre as várias burguesias que vão se forjando neste processo contraditório e que envolve também os trabalhadores. É essa última ponderação que deve ser privilegiada para um entendimento dialético do social. As classes sociais e demais categorias sociais não são fixadas, cristalizadas em relações imutáveis, nas quais suas forças sociais correspondentes fossem sempre imperturbáveis nas suas configurações. O capitalismo cria um sistema que não sobrevive sem constantes alterações nas condições dadas, determinadas no processo de acumulação e reprodução do capital. Assim: "A burguesia vive em guerra perpétua: primeiramente com a aristocracia; mais tarde com os setores da própria burguesia cujos interesses entraram em conflito com os progressos da indústria; em todas as épocas, com a burguesia dos países estrangeiros. Nessas lutas vê-se obrigada a apelar para o proletariado, em busca de auxílio, arrastando-o para a arena política. A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua politização, em outras palavras, as armas contra ela própria." (MCpg.102)

Alguns setores das antigas burguesias, e outros dos segmentos médios poderão ser

lançados ao mundo dos assalariados, contribuindo para esclarecer o proletariado sobre a mudança que caracteriza o sistema capitalista. Sobretudo, que as possibilidades dessas albergações não alterariam o processo em profundidade a ponto de instalar uma nova cooperação no meio do Trabalho. Qualquer explicação sobre a cooperação entre os trabalhadores, tão necessária para a prática política deles, irá passar, primeiramente, pelas análises das relações de domínio entre o processo de produção e o processo de trabalho.

Afinal, porque o presente se vê submetido ao passado, porque o trabalho morto submete o trabalho vivo constantemente? Tal esclarecimento iria tornar-se a principal tarefa de Marx (Engels) no interior do comunismo.

A propriedade analítica que o texto (M.C.) trazia, também, em si mesma, era portadora de uma dimensão política que devia ser percebida no interior da Liga dos Comunistas, o endereço do referido. Pelo menos, era o que objetivavam os seus autores assim que foram designados para escrevê-lo. O ser comunista não deveria corresponder uma profissão de fé, uma adesão sustentada em condicionalidades mais irracionais do que objetivas, mas uma crítica poderosa das classes sociais constituídas pela divisão do trabalho que se fundamentava na propriedade privada dos meios de produção. E, iniciava-se, desta maneira, um afastamento de toda crítica moral ao capitalismo.

O comitê central da Liga de Londres (Schapper, Bauer, Moll), após a sua segunda conferência em novembro de 1847, enviou os documentos à Bruxelas para que Marx (Engels), o principal responsável pela elaboração do texto do Manifesto, com a convicção de que os mesmos serviriam para estruturar as principais explicações sobre as relações entre a organização revolucionária e o movimento social. No entendimento de Marx, essas relações não

poderiam se desvincular das condições de um capitalismo que parecia abolir, do ponto de vista histórico, rapidamente, as relações passadas, na economia, na vida social, política e cultural, com fortes influências sobre as classes sociais. É bem verdade, que o comitê central da Liga ao envidar esforços para que a profissão de fé comunista se transformasse em um projeto, e que as comunas, que eram a base da Liga, tomassem parte neste esforço, no decorrer do Congresso do início de 1847, portanto, anteriormente, ao convite feito a Marx, revelava já uma preocupação em se afastar dos comportamentos estúpidos, sentimentais e sonhadores, comuns em personalidades que procuravam enfrentar o capitalismo e a sociedade burguesa somente com seus atributos pessoais.

A Revolução não poderia depender da simples vontade dos revolucionários, e deveria ser, antes de tudo, europeia...

A cúpula da Liga esperava que as comunas discutissem o texto, elaborassem e enviassem para ela, o projeto de conscientização comunista. Aliás, no parágrafo segundo dos Estatutos da Liga dos Comunistas, a comuna aparece como parte importante da organização. E na seção II dos mesmos, a sua formalização será explicada até atingir o círculo. A comuna composta por três a dez membros, e o círculo por duas até dez comunas. Eleita pelo círculo, a autoridade central será composta por cinco membros. E pelos delegados enviados pelos círculos forma-se o congresso, enquanto um legislativo da organização. Toda uma estrutura, que no entendimento dos comunistas da Liga, era suficiente para afastar a noção de conspiração. Percebendo que ações conspirativas,

embora necessárias em alguns momentos de enfrentamento ao Estado autocrático, são inúteis e ineficientes para uma transformação revolucionária da realidade social. A Revolução não poderia depender da simples vontade dos revolucionários, e deveria ser antes de tudo europeia, devido ao desenvolvimento do capitalismo naquele continente.

Mas segundo Engels em sua "Contribuição à História da Liga dos Comunistas", apesar dos avanços inegáveis da Liga dos Comunistas em relação às demais, a sua composição social revelava que no lugar do operário predominava o artesão, o que dificultava sobremaneira o entendimento dos profundos problemas econômicos. Assim, os grandes obstáculos para uma prática política revolucionária pareciam não existir, para os integrantes da Liga, posto que tudo se vencia através da força das palavras: "igualdade", "justiça" e "fraternidade".

Engels nos seus "Princípios do Comunismo" de 1847 (texto-documento do Manifesto), afirmava que a economia se transformava e expandia com muita potência a partir do capitalismo industrial, devido ao baixo custo de produção, e que uma nova máquina introduzida na produção inglesa poderia desempregar trabalhadores na China. O que articulava um mercado mundial, o que por sua vez trazia uma enorme complicação ao movimento comunista impossibilitado de se esgotar nos limites nacionais, e na incompreensão da diversidade do mundo do trabalho. O internacionalismo imposto ao comunismo não era vazio de conteúdo, achando-se, pelo contrário, na razão de ser do próprio movimento revolucionário. Sendo o apelo no Manifesto para que todos os trabalhadores se unissem e expressassem uma independência de classe, uma unidade da diversidade, uma condição necessária para a revolução mundial.

No prefácio à edição alemã de 1890 do Manifesto Comunista,

Engels vai dizer que o programa não fechava as portas aos sindicatos ingleses, proudhonistas franceses, belgas, italianos e espanhóis ou ainda, aos lassalianos alemães.

Daí o acatamento à diversidade do trabalho que poderá expressar diferenças políticas como base para o internacionalismo, e para a construção de uma "comunidade" da ação e da discussão na tentativa de impulsionar o desenvolvimento intelectual da classe operária. Já se havia alcançado o momento da publicização das idéias comunistas, dos seus fins, das suas tendências, perante todo o mundo.

Pode-se tomar a diversidade do trabalho como um produto da revolução burguesa como exemplifica Marx no Manifesto Comunista. Nascida da necessidade de expansão do capital, diga-se constantemente, e sobretudo, da exploração deste sobre uma força de trabalho disponível nas mais distintas condições de produção, velhas indústrias nacionais, antigos meios de produção vão sendo destruídos dia a dia, nas mais diferentes e distantes regiões, em razão da valorização e reprodução do capital. O capitalismo nivela as trocas, mas se reproduz em condições diversas de produção, configurando desde do início uma espetacular mobilidade. E para relativizar essa mobilidade do capital, a diversidade do trabalho deve condicionar uma outra revolução, não mais burguesa, não mais calcada na competição, ainda que livre, mas que dê início a superação de todas as formas de exploração, pretéritas e hodiernas.

O antagonismo polarizado entre as classes sociais, burguesia e proletariado, segundo Marx, nunca significou uma limpeza do terreno executada pelo capitalismo, no sentido de eliminar as formas pretéritas de produção das economias nacionais. Até porque, sob o contato das novas relações sociais as pretéritas

ganham uma nova substância que complementam as primeiras com as suas respectivas diferenças. Assim, o assalariamento de trabalhadores isolados, profissionais liberais, pequenos proprietários do comércio e da indústria, não transporta todas economias à mesma condição de desenvolvimento. E, é bom lembrar, que tal processo é próprio de cada capitalismo internamente, daí que o sistema não uniformiza todas as partes constitutivas da sociedade, não elimina a diversidade dos grupos da população que se proletarizarão. Nem mesmo as diferenças de idade e de sexo serão empecilhos na formação da classe operária. É nas formas de exploração a que se acham submetidos os trabalhadores que reside a possibilidade da sua unidade. Indubitavelmente, a concentração em grandes massas de trabalhadores nas fábricas modernas concorrerá para que esta seja mais rapidamente alcançada. Isso é importante para que ocorra a organização e conscientização dos trabalhadores, mas a metamorfose do trabalho a partir da divisão do trabalho e do maquinismo que aniquilam todas as distinções de trabalho irá realizar a outra fase desse processo, tão novo, tão inovador, possibilitado pelas contradições do capitalismo.

...no mundo do trabalho para se romper com o domínio do processo de produção deve-se contar com a cooperação entre os trabalhadores e nunca com a competição entre eles.

No Manifesto Comunista a análise do proletariado em formação, passa pelo entendimento das suas experiências de luta já observadas durante o enfrentamento da burguesia contra a aristocracia, da sua presença no interior dos conflitos que se dão entre as burguesias nacionais, lutas

dos trabalhadores que forjarão um movimento organizado. Primeiramente em sindicatos depois em partidos, que são indicadores de algumas vitórias do proletariado sobre a competição, tão contrária ao sentimento de associação dos trabalhadores. Portanto, no mundo do trabalho para se romper com o domínio do processo de produção deve-se contar com a cooperação entre os trabalhadores e nunca com a competição entre eles. Dizia Engels em texto já mencionado, que a implantação da livre competição equivaleria a proclamar publicamente que, a partir deste momento, não se admitiria mais desigualdade entre os integrantes da sociedade que não a imposta pelo capital.

Ao relacionar o partido à associação dos trabalhadores, como um outro nível de conscientização da classe operária nas relações com o conjunto destes trabalhadores, o Manifesto Comunista não previa a extinção da competição no interior da classe social ou entre eles, até porque, as contradições do sistema capitalista ainda estariam se reproduzindo, mas concebia o início de um processo que levaria a sua superação. Esse processo daria aos trabalhadores a possibilidade de gestão da economia desta vida social, e a destruição da vida política burguesa. Um processo que vai da nova economia a destruição do Estado na construção de um conjunto de trabalhadores sem as classes sociais, dando fim a exploração do homem sobre o homem. Trata-se, portanto, de uma revolução permanente nas práticas sociais que são modeladoras de sociabilidade de homens novos e que submetem o passado reiteradamente na construção do seu presente. Não seria incorreto pensar, que Marx e Engels colocavam um problema para o entendimento da categoria revolução, numa perspectiva sociológica da transformação social. Este dizia respeito aos sujeitos sociais.

Assim, uma teoria da revolução exigiria uma explicação,

um entendimento sobre os sujeitos que deveriam realizá-la. Sem esta, qualquer oposição à ordem política estabelecida deveria ser confundida com a potencialidade destes sujeitos revolucionários. E, perderia qualquer razão, o destaque que os autores do texto conferiram ao comunista, logo no seu início: "um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo"... "qual o partido de oposição que não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? qual o partido de oposição que também não lançou contra seus adversários progressistas ou reacionários o estigma do comunismo?" Já se construíra o momento da necessária publicização das idéias, dos fins, das tendências dos comunistas, para se evitar uma tábua rasa nas explicações sobre a reação e seus matizes.

À teoria da revolução caberá um entendimento das classes sociais, desde do princípio, numa dimensão histórica inteligível pelo movimento do capital. "A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, com elas, todas as relações sociais. Ao contrário, a conservação do antigo modo de produção constituía a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antigas e veneradas: todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie" MCpgs96/97. Passagem do texto que dá bem a medida do processo revolucionário que se faz, no mesmo momento que seu sujeito social se altera,

transforma e reage a esta transformação. Tudo porque a revolução moderna se vê compreendida em profundas contradições (estrutura da propriedade territorial, média e grande empresa, o Estado constitucional representativo).

É possível observar nos movimentos da revolução moderna algumas formas correspondentes de organização política da classe burguesa...

Essas contradições invertem o curso de certas propostas primitivas do processo revolucionário burguês; a pequena propriedade da terra versus a propriedade feudal para, posteriormente, a grande propriedade territorial mapear o mundo rural; o grande capital que toma quase todos os espaços da média e pequena burguesias; e, por fim, um Estado constitucional representativo que centraliza ainda mais o poder político. Mas essas contradições representam a incapacidade da burguesia enquanto classe social, em conter as forças sociais liberadas pela sua revolução. "A burguesia durante seu domínio, apenas secular, criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações em conjunto. A subordinação das forças da natureza ao homem, a maquinaria, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as vias férreas, os telégrafos elétricos, a exploração de continentes inteiros para fins de cultivo, a canalização de rios, populações inteiras brotadas da terra como por encanto - que século anterior poderia prever que essas forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?" MCpg98.

Todavia, essa incapacidade da burguesia gera crises e, estas, nas suas soluções - que é bom

que se diga, não resolvem as contradições - alteram a própria composição interna da burguesia. E num outro plano, o Estado enquanto unidade política da sociedade de classes, irá alterar suas formas ao longo desta história. Ora se apresentando como um sistema de representação política extremamente limitado, ora ampliando-o para conter novas parcelas da burguesia, ou até mesmo das classes médias, ou ainda, afunilando-se até se exprimir na figura do ditador, etc. É possível, portanto, observar nos movimentos da revolução moderna algumas formas correspondentes de organização política da classe burguesa, sejam por meio dos seus partidos, ou em certos órgãos dentro do Estado (a burocracia sob Napoleão, era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia - sob a restauração, sob L.Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio, e finalmente, sob o II Bonaparte parece ganhar uma autonomia). O18B.de L.B.pg.114.

Como se sabe e já foi mencionado, este processo é contraditório. A própria revolução burguesa contribui para organizar e fortalecer o seu contrário - o proletariado e as possibilidades de uma revolução social.

Por ser uma classe social diferente, o proletariado na sua revolução não repetirá tarefas próprias da burguesia. Entretanto, não escapa às determinações do movimento do capital. Sua composição deverá refletir a fome pantagruélica do capital que a tudo pretende submeter (engolindo-os). Assim, quando da simplificação do trabalho pela indústria moderna, certas diferenças (sexo, idade, etc.) que caracterizam o mundo do trabalho serão imediatamente superadas, mas outras serão reiteradas pelo capital, evitando um processo de cooperação entre os trabalhadores que os leve à conscientização política.

A organização dos trabalhadores, diz Marx no MC, far-se-á na afirmação desta cooperação na forma de Associação enquanto conteúdo social e político desta revolução. E as

medidas que contemplam o final da parte II do M.C. procuram fortalecer essa via - da classe que se transforma num Coletivo, diferente da construção da idéia de Maioria - sustentada pela

revolução burguesa. Cada revolução parece conter os seus próprios sujeitos sociais com suas respectivas organizações políticas.



Bibliografia

- 1- Marx y Engels - **Obras escogidas** - Moscu, Ed.Progreso,1971.
- 2- Marx y Engels - **Escritos económicos varios** - México, Ed.Juan Grijalbo, 1966.
- 3- Schumpeter, J.A. "The Manifest Communist signification", in **Journal of Political Economy**, N.Y., june 1949, p.199-212.
- 4- Andreas, B. - **La ligne des communiste** - Paris, Aubier Montaine,1972.
- 5- Berman, M. - **Tudo que é sólido desmancha no ar** - São Paulo, Ed.Cia das Letras, 1995.

Visite a Home Page do Sindiprol
e da Aduel:

<http://www.walknet.com.br/sindiprol>



OS TRABALHADORES E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BURGUESAS

Introdução

Passados 150 anos depois de escrito, o *Manifesto Comunista* continua atual. Isto está requerendo de todos aqueles que apostam numa sociedade socialista, para dizer o mínimo, uma reflexão acerca da luta dos trabalhadores nos dias atuais. Há caminhos a percorrer, mas não pretendemos dar "receitas". Aliás, elas são características da militância pequeno-burguesa e, na maioria das vezes, acabam descoladas da realidade.

O presente artigo não tem a intenção de esgotar qualquer discussão sobre o assunto, mas, pelo menos, abrir um precedente para o debate. Trata-se de discutir, por exemplo, os limites estruturais da democracia burguesa, abordando, dentre outras questões, o Estado como protetor da propriedade privada dos meios de produção; os problemas da democracia representativa via Parlamento e, também, a falta de controle da população sobre o Legislativo. Na verdade, é bom que se diga, todas essas instâncias institucionais são controladas pela burguesia e não pelos trabalhadores.

Pretende-se discutir também os problemas da democracia formal e da democracia real nas sociedades capitalistas, que, embora sustente a universalidade

dos direitos, restringe a participação dos trabalhadores nos principais fóruns de decisão do país. Como a democracia é essencialmente representativa, os portadores de mandato têm o poder de decidir em nome dos trabalhadores.

Finalmente, pretende-se discutir, na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, a democracia operária, como ruptura dos valores estabelecidos nas democracias burguesas e não como evolução natural.

A democracia burguesa sob crítica

As críticas à democracia burguesa são inúmeras. Mas antes mesmo de fazê-las, pretendemos discutir esse conceito mais profundamente, como suporte teórico para criticarmos.

Muitos autores se esforçaram e se esforçam procurando dar uma definição à democracia. Alguns, isso varia conforme a simpatia ideológica que cada um carrega, procuram colocá-la como vinculada aos tipos históricos de Estado: feudal, escravista, asiático, capitalista etc. Dessa maneira, ela poderia existir em qualquer tipo histórico de Estado (Saes, 1987).

Outros autores procuram defini-la como "uma forma de

Professor Eiel

Ribeiro

Machado é



mestre do

Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade
Estadual de
Londrina.

governo na qual, em contraposição às monarquias e às aristocracias, o povo governa. A democracia implica um Estado em que existe alguma forma de *igualdade política* [grifos do autor] entre o povo" (Held, 1987: 1).

Para Bobbio, ela pode ser definida em termos mínimos, mas levando em conta as democracias representativas, pois ele inicia assim o seu argumento: "afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos" (Bobbio, 1992: 18). Notamos que o autor procura definir a democracia nos termos daqueles que estão autorizados a tomar decisões e com quais regras. Um pouco adiante, diz ele: "mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isso, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabelecem quais são os indivíduos auto-

rizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos" (Bobbio, 1992: 18 e 19).

Em outras palavras, ainda segundo Bobbio, as democracias deixaram de cumprir algumas de suas promessas, mas, mesmo assim, "as promessas não cumpridas e os obstáculos não previstos de que me ocupei não foram suficientes para 'transformar' os regimes democráticos em autocráticos. A diferença substancial entre uns e outros permaneceu. O conteúdo mínimo do estado democrático não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade, existência de vários partidos em concorrência entre si, eleições periódicas e sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas (nas democracias consociativas ou no sistema neocorporativo) ou tomadas com base no princípio da maioria, e de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão de governo" (Bobbio, 1992: 37).

O autor procura enumerar alguns aspectos formais para a existência e manutenção dos regimes democráticos, embora a sua preocupação também se estenda a uma outra abordagem: determinar os espaços *onde se vota*. Segundo ele, a preocupação contemporânea não é mais *quem vota*, mas sim, *onde se vota*. Dessa maneira, "o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito", afirma Bobbio (1992: 28).

Os argumentos pronunciados por Bobbio são essencialmente vinculados aos aspectos formais da democracia. Como ele mesmo sustenta em outras passagens do seu texto, a democracia direta é impraticável nos dias atuais, pois, é impossível, dado o grande número de cidadãos, chamar a todos o tempo inteiro para se manifestarem. Assim, a democra-

cia representativa resolve esse problema contemporâneo. Daí a preocupação em definir a democracia como estabelecimento de regras do jogo e, em considerá-la, desvinculada das classes sociais, mas, ao contrário, vinculada aos indivíduos-cidadãos.

Bobbio também acha possível a conciliação entre a democracia representativa e a direta: "não são dois sistemas alternativos (no sentido de que onde existe uma não pode existir a outra), mas são dois sistemas que podem integrar reciprocamente" (Bobbio, 1992: 52). Entretanto, há uma ressalva, observada por ele próprio, a ser feita: qualquer estado complexo não pode funcionar à base do *referendum* e da assembleia de cidadãos deliberantes.

O Estado, que aparentemente se situa como neutro, é um "comitê executivo da burguesia"...

Finalmente, o referendo, que "é o único instituto de democracia direta de concreta aplicabilidade e de efetiva aplicação na maior parte dos estados de democracia avançada, trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias" (Bobbio, 1992: 53). Deve-se lembrar que os referendos apenas colocam os cidadãos sob duas alternativas (sim ou não), mas, na verdade, não se constata a participação no processo de discussão, desde a apresentação do problema ou da proposta até as suas finalizações. Ao cidadão cabe participar apenas para opinar sobre duas alternativas não necessariamente discutidas com ele.

Dessas e de outras discussões a que nos contempla melhor é a formulada por Saes, pois sua definição demonstra que nas sociedades capitalistas a democracia é burguesa, assim como o Estado é burguês e todas as instituições políticas e econômicas

são igualmente burguesas. O caráter burguês da democracia é muito importante de ser notado, pois ele é um divisor de água entre o discurso liberal, que prega o Estado para todo o povo, e a prática política limitada, a despeito das liberdades políticas alcançada através da luta dos trabalhadores, inclusive com derramamento de sangue.

O Estado, que aparentemente se situa como neutro, é um "comitê executivo da burguesia", como bem lembrava Lênin. Essa instituição tem como principal função manter a dominação de classe e resguardar a propriedade privada dos meios de produção nas mãos da burguesia que mantém a hegemonia sobre ele.

Voltando ao problema da democracia, Saes argumenta que ela assume características históricas próprias em qualquer tipo histórico de Estado, conforme já dissemos. Teremos democracia num determinado Estado, na medida em que o órgão de representação da classe exploradora, o Parlamento, seja capaz de intervir no processo de execução de políticas do próprio Estado. Se essa intervenção direta do Parlamento não ocorrer, então teremos a ditadura (Saes, 1987). Mas sua definição de democracia burguesa é clara: "um regime político burguês só é efetivamente democrático quando o Estado assegura de fato as liberdades políticas (expressão, reunião, organização partidária) codificadas nos textos legais. Caso contrário, não passa de uma ditadura disfarçada (...)", (Saes, 1987: 62). O conceito de democracia apresentado por Saes está dentro de uma estrutura teórica marxista, de uma sociedade dividida em classes sociais, onde o proletariado, por exemplo, exercita suas liberdades políticas e civis com limitações fundamentais nas sociedades capitalistas.

Essas premissas são fundamentais para entendermos que não é possível, nas sociedades divididas em classes sociais, falarmos em valores universais e mesmo em

democracia como valor universal. Os valores não podem ser universais pelas próprias características de uma sociedade dividida em classes sociais. Os valores universais só serão possíveis na sociedade comunista, pois ela prima pela inexistência de classes sociais e, por consequência, de Estado.

Quando falamos em democracia, temos que nos remeter ao tipo de sociedade que estamos analisando: nos países capitalistas a democracia é burguesa, pois a dominação de classe continua burguesa. Isso caracteriza uma ditadura de uma classe sobre a outra, ou seja, a burguesia sobre o proletariado. A democracia burguesa é política e não é extensiva aos outros aspectos da vida social, como o econômico, por exemplo. Não é porque ocorre a ampliação dos direitos políticos ou a liberdade de expressão que ela assume um caráter não-burguês, como se a sociedade não fosse dividida em classes sociais antagônicas.

Os trabalhadores e todos aqueles que lutam pelo socialismo não podem perder de vista esses parâmetros teóricos, a fim de não caírem no ilusionismo liberal de que todos são iguais perante um Estado (neutro) e perante a lei.

A burguesia, ao lutar contra o regime feudal, tinha como bandeiras a liberdade e a igualdade. Nesse sentido, criou instituições de tipo parlamentar, mas o proletariado era uma classe social completamente excluída da representação política. A burguesia não queria o proletariado no seu órgão legislativo de poder, nos

seus parlamentos e, muito menos, no seu executivo (Gorender, 1983: 42). A ampliação dos direitos dos trabalhadores em participar dos parlamentos burgueses deu-se num curso de muita luta, mas essa conquista não fez perder o caráter burguês das instituições, uma vez que a dominação de classe continuou nos moldes do sistema capitalista. Além disso, os trabalhadores representados no Parlamento não podem, por exemplo, propor a abolição da propriedade privada dos meios de produção e nem da mais-valia.

O poder econômico mantém todos os seus tentáculos de dominação legal e ilegal...

Quando abordamos a questão das liberdades políticas (expressão, partidária, organização etc.), é bom ter em mente que a burguesia detém o poder econômico e pode usufruir, efetivamente, dos direitos de expressão, de reunião, de organização etc.. Isso cria um descompasso enorme nas disputas políticas, por exemplo, pois os partidos que se opõem à burguesia, em geral, não contam com o poder econômico. A disputa, portanto, não ocorre nas mesmas bases igualitárias.

Na perspectiva da democracia burguesa, os trabalhadores não têm qualquer tipo de controle sobre a atuação de seus parlamentares, por exemplo, na Câmara dos Deputados. O mandato dos deputados é livre e não imperativo.

Assim, eles têm total autonomia para votarem de acordo com os seus interesses. O controle que se pode exercer sobre eles refere-se à renovação dos mandatos, mas isto diz respeito muito mais aos grupos econômicos que os apóiam nas eleições do que aos cidadãos comuns. Em outras palavras: quando os deputados agem de uma forma que não agrada aos seus financiadores, eles correm o risco de não receberem verbas para a próxima campanha. Mas isto não traduz um controle direto: ele será ameaçado na próxima eleição. Nesse sentido, o mandato é livre (Machado, 1997: 50).¹

Se nas últimas eleições os investimentos capitalistas nos seus candidatos foram monstruosos, para as próximas temos uma perspectiva pessimista: conforme manchete de primeira página do jornal *Folha de S. Paulo* (12/04/1998), "Empresas decidem ampliar doações ilegais a políticos",² percebe-se mais uma vez as desigualdades nas disputas eleitorais. O poder econômico mantém todos os seus tentáculos de dominação legal e ilegal, a despeito de os liberais afirmarem a igualdade e a liberdade como premissas básicas da sociedade.

Ainda sobre os problemas relativos à representação política, vale ressaltar o caráter elitista do Parlamento brasileiro, por exemplo. Enquanto tal ele deveria expressar a composição de todas as forças políticas ali situadas, mas o que ocorre na prática é exatamente o contrário. As decisões tomadas naquela instância são de caráter elitista, pois, não exprime

¹ Segundo levantamento feito pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em todos os cargos eletivos ocorre o financiamento de campanhas por empresas. Apenas para se ter uma idéia do assunto, o deputado federal Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP) recebeu doações de várias empreiteiras, em sua campanha política de 1994, tais como: Cia. Andrade Gutierrez S/A, além da S/A Indústrias Votorantim, que atua em vários ramos econômicos. Das empreiteiras, o maior financiamento foi da Cia. Andrade Gutierrez (R\$ 120.000,00), sendo que o total de doações foi da ordem de R\$ 336.631,63. Já o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), recebeu do Banco Bradesco S/A, R\$ 1.821.842,50 e do Banco Itaú S/A – apenas para citar os maiores doadores –, R\$ 1.688.648,19. O total de financiamento de sua campanha foi de R\$ 33.961.783,53. Em se tratando de empresas capitalistas e que visam lucro, pode-se dizer que as doações são, na verdade, investimentos (Diap, 1996).

² Diz o jornal: "as empresas vão intensificar os mecanismos ilegais de doação de recursos na eleição de outubro. A Folha ouviu 24 personagens dos subterrâneos das campanhas, entre empresários, tesoureiros e profissionais do marketing político (...) Os usineiros do centro-sul do país limitarão as doações a candidatos comprometidos com a revitalização do Proálcool" (Folha de S. Paulo, 12/04/98: 1).

a opinião da maioria dos deputados ali presentes. Aliás, a maioria dos deputados só se manifesta para votar de acordo com as orientações da Mesa Diretora e de suas respectivas lideranças (Machado, 1997: 112).

O caráter elitista da Câmara dos Deputados se dá em função das formas como as decisões são tomadas naquela Casa: em acordo com os líderes dos partidos que dão sustentação política ao Executivo, a pauta dessa Casa é acertada; assim só entra em discussão matérias previamente pactuadas com o governo federal. Dessa maneira, as decisões da Câmara estão previamente estabelecidas pelos líderes das bancadas que dão sustentação ao governo. Esse é o papel do Colégio de Líderes (nome sugestivo) dentro do Parlamento (Machado, 1997: 117).

Para uma democracia burguesa não poderia ser diferente: os partidos minoritários dentro da Câmara, normalmente de oposição e de esquerda (PT, PDT, PSB e PC do B), simplesmente não têm espaço garantido para se manifestarem. Isso ocorre também com a maioria dos deputados, mesmo dos partidos governistas (PSDB, PFL, PMDB, PTB, PPB). Do lado dessa maioria, individualmente, apenas as lideranças mais expressivas é que exercem maior influência dentro do Parlamento. Elas têm voz e voto, enquanto que os demais só têm voto – normalmente votam conforme o líder da sua bancada (Machado, 1997: 117).

Os partidos operários, ao optarem pela atividade institucional nas democracias burguesas, acabam se deparando com um problema de difícil solução: eles devem abrir mão do caráter classista e assumir um discurso mais amplo. Com isso, ao falarem em nome do povo, acabam por considerar a sociedade como se

ela não tivesse classes sociais, fosse formada por indivíduos desprendidos de classes sociais antagônicas. Esses partidos acabam falando em nome da sociedade civil, no sentido de que esta estaria contra o Estado, contra o poder estatal avassalador.

O problema, portanto, que se coloca dentro dos marcos da democracia burguesa pode ser expressado da seguinte forma: com a participação em eleições, os partidos operários são obrigados a ampliar o conceito de proletariado, o que os leva a fazer apelos político-eleitorais a membros de outras classes sociais, a fim de ganharem votos. Com isso, há uma descaracterização do partido enquanto representante da classe explorada por uma classe exploradora.³ Ao adotarem essa postura política, podem participar das eleições, pois falam em nome do “povo”. Por outro lado, ainda devem aceitar em seus “quadros” pessoas das mais diversas classes sociais, inclusive da classe exploradora.

**...a dissociação do
vínculo entre os
operários e o movimento
socialista produz o efeito
global de fortalecer a
imagem de uma
sociedade sem classes...**

Essa postura tem consequências políticas para a luta dos trabalhadores contra o capital: “a necessidade de organizar o operariado no campo das instituições eleitorais tem profundas consequências para a prática política dos partidos socialistas. Eles se tornam os partidos eleitorais da classe operária (...) À medida que os movimentos socialistas apelam aos

que não são operários, desfazem aquele vínculo privilegiado, aquele relacionamento exclusivo entre o proletariado e o ‘seu partido’. Deixam de ser aquela expressão ‘orgânica’ da missão histórica do proletariado, distinta de – e oposta a – todos os outros partidos. Contudo, a dissociação do vínculo entre os operários e o movimento socialista produz o efeito global de fortalecer a imagem de uma sociedade sem classes, diminuindo a relevância da classe como base para a identificação coletiva” (Przeworski, 1991: 95/98).

Nesse sentido, assumem o discurso em defesa da sociedade civil e/ou de todo o povo. Esquecem-se das categorias elementares do marxismo, como essa que define a sociedade civil como essencialmente burguesa, já que foi uma doutrina dos liberais que pregava a liberdade do indivíduo diante do Estado absolutista. Em sua época teve um caráter revolucionário, na medida em que a burguesia se colocava contrária à ordem feudal. Mas depois de todas as revoluções burguesas essa expressão perdeu o sentido de ser, já que o domínio do poder do Estado é indubitavelmente burguês, daí não ter por que se falar em autonomia dos indivíduos diante do Estado.

Como não pretendemos discutir aqui todas as esferas de participação popular nas democracias burguesas, sabemos, entretanto, que em muitas administrações municipais essa participação é em maior grau, o que dá um caráter mais real à democracia. Já na esfera federal do poder, a participação inexistente e o exercício da democracia é meramente formal.

Apresentamos, assim, de forma sucinta, os limites estruturais da democracia burguesa, em que podemos notar que a interferência dos trabalhadores nos fóruns

³ Faz-se necessário conceituar aqui o que se entende por classe exploradora (burguesia) e classe explorada (proletariado): “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletário, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo os meios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviverem” (Marx & Engels, 1988: 75).

decisórios do país é praticamente nula. Discutimos também que mesmo num parlamento onde se encontram partidos vinculados aos movimentos sociais e operários, nem tudo pode ser abordado, ou seja, não é possível colocar na pauta de discussão a socialização dos meios de produção capitalista ou a abolição do trabalho excedente que é apropriado pela burguesia, quer dizer, da mais-valia.

Ao enfatizarmos exatamente esses limites, intrínsecos às democracias burguesas, estamos abrindo uma outra questão: na sua luta política, os trabalhadores não podem perder de vista esses limites, para não correrem o risco do discurso e da prática reformista, também alentados pela própria burguesia.

Quando os limites estão claros é possível vislumbrar um outro tipo de sociedade, a socialista, mas como ruptura da sociedade burguesa, e não como evolução natural ou continuidade. Entramos assim, noutra discussão.

A luta pelo socialismo continua na pauta

Embora os neoliberais vivam apregoando aos quatro cantos o fim do socialismo e o triunfo definitivo do capitalismo, e ainda que muitos que se situavam no campo socialista tenham abandonado essas trincheiras e se tenham iludido com o discurso conservador, a luta dos trabalhadores contra o capital ainda não se encerrou. Há inúmeras análises que demonstram o vigor dessa luta, como nos elucida brilhantemente, por exemplo, Petras com uma radiografia animadora das lutas sociais na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular: trata-se dos novos movimentos sociais que estão ganhando força entre nós (Petras, 1997A: 5).⁴

É mais um embate da luta de

classes, só que fora do foco urbano, mais precisamente no mundo rural. Esses novos movimentos sociais estão cada vez mais fortes e tentam a mobilização de milhares de trabalhadores, oriundos muitas vezes das cidades, mas que se encontram em situação de desemprego. Dada a força que vêm adquirindo, obrigam os diversos governos latino-americanos a negociarem suas reivindicações: a reforma agrária. Aqui no Brasil, merece destaque o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). A tática de luta são as ocupações de terras, como forma de pressionar o governo a negociar. Nesse sentido, eles têm conseguido inúmeras vitórias e vêm ganhando a simpatia das camadas de trabalhadores urbanos.

No mesmo número da revista *Lutas Sociais* em que Petras brinda-nos com esses novos movimentos sociais, Gorender publica um artigo intitulado "A atualidade de O Capital" em que procura demonstrar que muitos dos conceitos marxistas de análise das sociedades capitalistas continuam vigentes e que a criatividade daqueles que estão no embate com o capitalismo também pode contribuir, ao lado dos trabalhadores, no sentido da superação das suas contradições (Gorender, 1997A: 43).

Há um outro artigo de Petras, intitulado "O Manifesto Comunista: qual sua relevância hoje?", em que procura nos atualizar mais uma vez com as contribuições deixadas por Marx e Engels, as quais hoje são merecedoras de uma atenção especial por aqueles que ainda não se deixaram vencer pelo discurso burguês e neoliberal (Petras, 1997B: 5), extremamente reacionário e pernicioso.

Ao contrário das pregações conservadoras, a luta de classes entre os detentores dos meios de

produção e aqueles que só dispõem da força de trabalho continua extremamente atualizada, a despeito de todas as mudanças ocorridas no capitalismo. Com tudo isso, uma questão que se levanta é a seguinte: qual deve ser a frente de luta dos trabalhadores? Exclusivamente institucional, pelos canais representativos formais? Ou fora das instituições?

Evidentemente que não pretendemos dar respostas a essas perguntas tão complexas, mas, pelo menos, discutir alguns pontos que reconhecemos como relevantes hoje.

Se recorrermos à historiografia política notaremos que a luta dos trabalhadores nunca foi uma luta pelo estabelecimento de instituições representativas, ou pelo sufrágio universal, mas esteve recheada, principalmente, pelo igualitarismo socioeconômico, de cunho material. Sobre isso, diz Saes, "a aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista); em suma, um invariante ideológico das classes dominadas. Assentada essa idéia geral, é preciso agora introduzir uma distinção, a esse respeito, entre o proletariado e as demais classes dominadas: enquanto que para os escravos, camponeses e artesãos, o igualitarismo absoluto é a ideologia dos tempos de submissão e dos tempos de revolta, para o proletariado ele representa um estágio de consciência pré-revolucionário. É movido pela aspiração (...) a uma distribuição igualitária da riqueza social que o proletariado reivindica melhores salários, melhor alojamento, melhores condições de vida etc." (Saes, 1980: 64).

Quando observamos o século XIX, notamos que a luta das massas populares, sob o impulso

⁴ Os textos aqui mencionados de Petras e Gorender podem ser encontrados na revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do Programa de Estudos Pós-graduados da PUC/SP, *Lutas Sociais*, conforme descrição bibliográfica ao final deste trabalho.

da ideologia da igualdade socioeconômica, acabou resultando numa forma de organização política que lhes parecia corresponder com a situação de igualdade socioeconômica, mas que não foi a democracia burguesa, representativa e indireta, e sim a democracia direta fundada nos comitês e seções dos trabalhadores (Saes, 1980: 64).

Remetendo essa discussão para a atualidade, percebemos o quanto a participação dos trabalhadores na vida política é fundamental, pois sem eles não há a menor possibilidade de construção de uma sociedade alternativa do capitalismo. Com todas as limitações impostas e que recaem sobre os seus ombros, os trabalhadores devem discutir como romper esses limites e estabelecer outros parâmetros de luta fora das formalidades institucionais, porque dentro delas, as transformações sociais almejadas correm o risco de não se concretizarem, pois a estrutura social, política e econômica capitalista não permitem.

A prática da democracia

direta tem a ver com os trabalhadores e foi uma experiência histórica importantíssima na Comuna de Paris. Ela abriu a perspectiva da discussão sobre o próprio caráter do Estado, assim como a organização dos trabalhadores fora dele, inclusive com o intento de cada vez mais acabar com ele, já que é um fiel representante da dominação de classe. Como o socialismo significa apenas a transição para o comunismo, o Estado deve ir perdendo todo o seu peso, até chegarmos numa sociedade sem classes sociais e sem qualquer órgão repressor. Trata-se de uma sociedade de homens livres, sem opressores e sem oprimidos.

Held, por exemplo, ao analisar como seria a sociedade comunista faz a seguinte observação: "o 'governo' e a 'política' em todas as suas formas darão lugar à autorregulamentação" e "todos os assuntos públicos [serão] governados coletivamente". Trata-se de alguns aspectos fundamentais do comunismo. Nos aspectos gerais, há um importante: "todos os vestígios de classe desaparecem" além da

"eliminação dos mercados, da troca e do dinheiro" (Held, 1987: 123).

Não temos dúvidas de que estamos longe do comunismo, mas o autor mantém uma coerência importante de ser pensada: se a democracia no capitalismo é burguesa, pois a dominação de classe permanece, se o mercado também é burguês e com ele o dinheiro, se o Estado tem o mesmo caráter, se a política significa a disputa pelo poder (burguês) e, como o socialismo significa a ruptura dessas características todas, restam poucas dúvidas de que o comunismo também signifique o fim da política, do mercado, do dinheiro, do Estado, das classes sociais, dos antagonismos de classes, da dominação de uma classe sobre a outra, e das fronteiras entre os países.

Finalmente, confirmando a atualidade do *Manifesto*, vale repetir o chamamento de Marx & Engels: "*Proletários de todos os países, uni-vos*".



Bibliografia

- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 12 de abril de 1998.
- GORENDER, Jacob. "A atualidade de *O Capital*". *Lutas Sociais*. São Paulo, ano I, n.º 2, Ed. Xamã, 1997A.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte, Ed. Paidéia, 1987.
- MACHADO, Eliel Ribeiro. *O Colégio de Líderes e a participação política dos partidos de esquerda: PT, PDT, PSB e PC do B*. Tese de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global Editora, 1988.
- PETRAS, James. "As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais*. São Paulo, ano II, n.º 2, Ed. Xamã, 1997A.
- PETRAS, James. "O Manifesto Comunista: qual sua relevância hoje?". *Lutas Sociais*. São Paulo, ano II, n.º 3, Ed. Xamã, 1997B.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

os, da troca
37: 123).
as de que
ismo, mas
coerência
ada: se a
alismo é
nação de
mercado
om ele o
o mesmo
gnifica a
rguês) e,
gnifica a
erísticas
úvidas de
ém signi-
tica, do
o Estado,
ntagonis-
nação de
ra, e das
mando a
isto, vale
e Marx &
todos os

, Editora

1997A.

a: PT,
is da

88.

, ano II,

II, n.º 3,



O MANIFESTO COMUNISTA : UM DOCUMENTO QUE RESISTE AO TEMPO

Professor Ariovaldo
de Oliveira
Santos é 
doutor do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade
Estadual de
Londrina.

O Manifesto do Partido Comunista, passados mais de 150 desde a sua redação, permanece como um dos textos mais conhecidos do pensamento marxiano. Mas, a importância do Manifesto não se limita ao fato de ser um texto popular. É igualmente importante observar que se trata de um texto que soube guardar sua atualidade no que concerne à análise que fornece da sociedade burguesa. Resgatar a atualidade do Manifesto enquanto crítica profunda da sociedade burguesa constitui o objeto deste artigo.

Tomadas isoladamente, certas afirmações presentes no Manifesto poderiam indicar que se trata um texto importante única e exclusivamente da perspectiva de uma história do nascimento do movimento comunista moderno. Afinal, o que dizer de afirmações dando conta de que um « fantasma ronda a Europa, o fantasma do comunismo », ou ainda outra onde se lê : o « comunismo é doravante reconhecido como uma potência por todas as potências da Europa »¹.

No entanto, a boa compreensão do Manifesto, assim como

de todo texto, deve ter em conta tanto as afirmações mais conjunturais como aquelas estruturais. É a articulação destas duas dimensões que estrutura o Manifesto e que permitem, inclusive, de colocar o socialismo e o comunismo como horizonte possível e válido. Mas, uma vez que o conjuntural está articulado ao estrutural, quais os elementos deste último resistiram ao tempo e que colocam o Manifesto como um texto de atualidade ao mesmo tempo em que a retomada da perspectiva socialista e comunista como horizonte possível e necessário.

Nos limites impostos a este artigo, avançamos aqui alguns elementos a fim de resgatar esta atualidade do Manifesto Comunista. A primeira delas remete ao tipo de análise que o texto fornece sobre o desenvolvimento da grande indústria sob o controle do capital. Desenvolvimento que produz o « mercado mundial ».² E isto tanto mais à medida em que a « burguesia não pode existir sem revolucionar sempre e cada vez mais os instrumentos de produção, consequentemente, os instrumentos de produção e com eles as relações

de produção, enfim, o conjunto das relações sociais ». Deste processo resulta uma « transformação contínua da produção » onde se cria o desmoronamento « ininterrupto de todas as categorias sociais, a insegurança ».³ Mais ainda: « Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais amplos para seus produtos, a burguesia ganha a terra [...] através da exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção a produção e o consumo de todos os países [...] retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e o são ainda todos os dias [...] Elas são suplantadas pelas novas indústrias » que « não recorrem mais às matérias primas locais, mas sim àquelas provenientes das regiões as mais distantes, e os produtos acabados não são somente consumidos no país de sua produção mas em todas as partes do mundo ao mesmo tempo [...] A autosuficiência e o isolamento regional e nacional de antes cedeu lugar a uma circulação geral, a uma interdependência geral das Nações. Isto é válido para as produções materiais mas também para os produtos intelectuais. Os pro-

1- MARX, Karl et ENGELS, Friedrich, *Manifeste du Parti Communiste*, Librairie Générale Française, Paris, 1973, p. 4.

2- *Ibidem*, p. 7.

3- *Ibidem*, p. 9.

ditos intelectuais de cada Nação tornam-se um bem comum». ⁴ Evidentemente, o mercado mundial do qual fala o Manifesto estava longe de atingir as dimensões hoje conhecidas. Mas, colocando a questão, a análise marxiana acaba por antecipar o debate hoje generalizado sobre a « globalização » e suas consequências sociais, desmascarando ao mesmo tempo a lógica que preside o desenvolvimento do capitalismo.

Porém, o Manifesto vai muito além de antecipar o debate sobre a « globalização » do capital e a lógica que a comanda. A análise constata ainda que, mais a expansão do capital e do capitalismo se tornam uma realidade, mais o modo de produção torna-se incontrolável. O que, na prática, acentua a impossibilidade de se impedir « as crises comerciais que, periodicamente, colocam em questão, de modo sempre mais ameaçador, a existência da totalidade da sociedade burguesa ». ⁵ Assim, « a sociedade burguesa moderna que fez nascer como por encanto os meios de produção e de troca potentes parece, na realidade, o feiticeiro que não pode mais controlar as potências infernais que foram invocadas ». ⁶

Evidentemente, ao longo do século o capital demonstrou uma enorme capacidade para fazer face às crises, o que contribuiu decisivamente para o desmoronamento definitivo de todo o sistema. É importante observar, contudo, que as respostas fornecidas foram incapazes de impedir o aparecimento de novas crises além de que, as respostas fornecidas são cada vez mais limitadas. A crise que abala atualmente o conjunto das economias desenvolvidas pode, neste sentido, ser avançada como um bom exemplo. No que concerne aos países do capitalismo avançado, a crise, vista inicialmente como passageira, começou nos anos 1970, atravessou a

década de 1980, se aprofundou na primeira metade dos anos 90 sem que nenhuma análise possa afirmar quando uma nova « época de ouro » poderia ter início. Muito pelo contrário, diante das dificuldades para se encontrar um diagnóstico, as diversas análises trabalham cada vez mais com a idéia de que se vive hoje um período de « mutação social » em vez de simples « crise ». ⁷ O que dizer então do *crash* das bolsas de valores asiática e sua repercussão em outros capitalismos, sejam eles avançados ou não ? Como não ver nestes momentos de « barbarie momentânea » a preparação « de crises mais amplas e mais violentas », e cada vez mais difíceis de « prevenir » ? ⁸

...a « polivalência » proposta pelo capital produziu novas formas de qualificação do trabalho...

Um outro ponto de atualidade do Manifesto concerne à reflexão que nele se desenvolve sobre o trabalho operário. Segundo a análise, sob a dominação do capital o operário se « torna simples acessório da máquina, não se exige do trabalhador mais que o gesto mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender ». ⁹ Trata-se aqui de uma forma de trabalho que seria posteriormente potencializada pelos pressupostos taylorianos. Mas, neste ponto, estamos diante, também, de uma tendência inerente ao capital que considera o trabalho não da perspectiva de uma necessária humanização do homem mas sim do ponto de vista de trabalho produtor de mercadorias e, enquanto tal, destinado à valorização do capital.

A crítica avançada pelo Manifesto nos parece de atualidade

mesmo neste momento em que os pressupostos taylorianos e fordianos de organização do trabalho são questionados em benefício do toyotismo e do pós-toyotismo. E isto tanto mais em razão de que as novas formas de organização do trabalho sofisticaram a exploração mas não acabaram com ela. Mais ainda, a « polivalência » proposta pelo capital produziu novas formas de qualificação do trabalho que, na realidade, traduzem ao mesmo tempo, novas formas de desqualificação. De um ponto de vista mais macro, seria legítimo ainda constatar que este processo de qualificação-desqualificação conduziu ainda a um aumento do exército industrial de reserva, à medida em que se faz concomitantemente à introdução de novas tecnologias de fundadas na micro-eletrônica e na informática.

É por haver captado no Manifesto a essência do trabalho da sociedade burguesa que a análise marxiana é capaz de perceber, também, ao lado da brutalização do trabalho, a sua precarização material e intelectual. Tendência que podemos reencontrar, com as especificidades da época, neste capitalismo de final de século. Assim, segundo o Manifesto, « a concorrência crescente entre os burgueses e as crises comerciais que disto resultam, tornam o salário dos operários sempre mais incerto; o aperfeiçoamento incessante e sempre mais rápido » da produção, torna a situação operária « cada vez mais precária ». ¹⁰

Importante observar que esta desqualificação e precarização da força de trabalho é produzida no interior do taylorismo-fordismo independentemente do fato deste ter possibilitado ganhos salariais substanciais para amplas camadas de trabalhadores do capitalismo mais

4- *Ibidem*, p. 10.

5- *Ibidem*, p. 13.

6- *Ibidem*, p. 12.

7- **LEBAUBE**, Alain, *Le Travail*, Ed. Le Monde, Paris, 1997.

8- **MARX**, Karl et **ENGELS**, Friedrich, *op. cit.* p. 13-14.

9- *Ibidem*, p. 14.

10- **MARX**, Karl et **ENGELS**, Friedrich, *op. cit.*, p. 17.

desenvolvido.¹¹ De fato, o esgotamento do modelo age muito mais no sentido de intensificar as tendências mais perversas da acumulação capitalista do que produzir a precarização e a instabilidade. Além disto, se o modelo taylorista-fordista possibilita o acesso à sociedade de consumo para amplas camadas de trabalhadores, por outro, isto só se fez possível através da expropriação de outras, inclusive daquelas existentes nos elos mais débeis do capitalismo, como é o caso dos países do chamado Terceiro Mundo. Os limites do modelo se percebem, neste sentido, no fato de que o fordismo na América Latina constituiu quase que exclusivamente uma forma de organização do trabalho com pouca preocupação em se produzir a já excludente sociedade salarial, isto é, Estado do Bem-Estar associado a salários elevados.

A degradação do trabalho em sua subordinação ao capital se mantém mesmo quando se considera o « enriquecimento de tarefas » proposto pelos vários modelos que apareceram nas últimas décadas, como por exemplo o japonês e sueco. E isto tanto mais à medida em que a rotatividade de postos e a ampliação das tarefas continua a ser trabalho heterodeterminado voltado para a acumulação e, portanto, totalmente desconectado da perspectiva marxiana de produção de seres onilaterais e emancipados.

Enquanto « trabalho enriquecido » o que o determina é a necessidade de se estabelecer novos ganhos de produtividade através da eliminação dos tempos mortos de produção face a uma economia que se tornou mais oligopolizada mas, ao mesmo tempo, mais concorrencial.

A amplitude da precarização exercida pelo capital sobre o mundo do trabalho pode ser visualizada quando se considera que ela atravessa os vários setores da economia. Cite-se, por exemplo, os empregos do tipo « Mac Donald's », que « aplica as receitas do taylorismo do início do século ao setor da restauração ».¹² Trata-se aqui de empregos precários e desqualificados onde dominam os baixos salários e a alta rotatividade.

Entretanto, a atualidade do Manifesto transcende o seu caráter de crítica da sociedade produzida pelo capital e a pertinência destas análises no que concerne ao capitalismo contemporâneo. Trata-se de um documento que assinala, igualmente, para o limite das revoluções que, inspiradas pela perspectiva comunista, se limitassem a ser políticas e não sociais. Por outras palavras, o Manifesto antecipa a necessidade de se utilizar a revolução como instrumento para a construção de novas formas de sociabilidade para além da organização da sociedade em classes. Outro não é o sentido da

afirmação segundo a qual os « proletários somente podem conquistar as forças sociais de produção abolindo seu próprio modo de apropriação passado e, na sequência, todo modo de apropriação do passado »¹³ Mais ainda, esta luta deve transcender os limites nacionais. Observações que ganham em importância quando se considera o profundo processo de internacionalização das economias mas também o esgotamento progressivo da experiência socialista nascida com a Revolução Russa e outras que a sucederam, de maneira cada vez mais burocratizada, em diversos países do continente europeu e fora dele.

CONCLUSÃO

Certamente, o quadro traçado ao longo deste artigo está longe de esgotar a série de problemas colocados por Marx no Manifesto e que continuam de atualidade. Tarefa que implicaria muito mais a redação de um livro do que de um artigo, principalmente um artigo de pequenas proporções. Entretanto, nosso objetivo principal foi destacar alguns elementos de estímulo a uma releitura do Manifesto enquanto instrumento ainda válido para se pensar a nossa contemporaneidade, seja a existente nos países do capitalismo avançado, seja as do capitalismo periférico.



11- GRANOU, André; BARON, Yvon; BILLAUDOT, Bernard, *Croissance et crise*, Maspero, Paris, 1979.

12- ARIÈS, Paul, *Les fils de McDo (La McDonalysation du Monde)*, L'Harmattan, Paris, 1997, p. 136-139.

13- *Ibidem*, p. 20.

Bibliografia

AGLIETTA, Michel, *Régulation et crises du capitalisme*, Éditions Odile Jacob, p. 137-143.

ARIÈS, Paul, *Les fils de McDo (La McDonalysation du Monde)*, L'Harmattan, Paris, 1997, p. 136-139.

GRANOU, André; BARON, Yvon; BILLAUDOT, Bernard, *Croissance et crise*, Maspero, Paris, 1979.

HESS, Moses, Catéchisme communiste, in GRANDJONC, Jacques (coord.), *Marx et les communistes allemands à Paris (vorwärts, 1844)*, Maspero, Paris, 1974.

LEBAUBE, Alain, *Le Travail*, Ed. Le Monde, Paris, 1997.

MARX, Karl et ENGELS, Friedrich, *Manifeste du Parti Communiste*, Librairie Générale Française, Paris, 1973.



MANIFESTO COMUNISTA: CERIMÔNIA DE FINADOS OU AFIRMAÇÃO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

1 O Manifesto é constituído de teses, princípios e fundamentações históricas que constituem uma unidade. É uma exposição programática da Revolução Proletária. Expressa o método do materialismo histórico e dialético. Portanto, a doutrina do socialismo científico.

Por ser um programa para a construção do Partido Comunista, materializa a estratégia histórica do proletariado, que é a destruição do capitalismo pela via revolucionária (expropriação violenta da burguesia) e a construção da sociedade sem classes.

Os adversários do marxismo, bem como os revisionistas, para combaterem o socialismo científico de Marx e Engels, fragmentam o Manifesto, questionam princípios, reconhecem formalmente acertos de análise econômica e o desvinculam da realidade concreta. Também usam da artimanha de deformar a realidade para negar premissas do Manifesto, a exemplo da concepção de Estado, luta de classes etc.

Os ideólogos deformadores procuram transformar o Manifesto em seu contrário: utopia, idealismo, mecanicismo, esquematismo e economicismo. Inventam um Marx do "Manifesto" e um do "O Capital". As artimanhas para combater o programa da revolução proletária não têm limites, chegando ao ponto de se decretar a

quase extinção do proletariado pela renovação tecnológica. Por aí fica mais fácil se afirmar que as premissas da revolução socialista contidas no "Manifesto" estão superadas pela realidade. Entretanto, a tal da realidade mudada não faz senão confirmar as teses econômicas, políticas e históricas do Manifesto.

Alguns aspectos conjunturais do Manifesto, que já não têm vitalidade, foram inclusive reconhecidos por Engels em alguns de seus prefácios. O importante é que conserva a sua essência, ou seja, as leis de funcionamento do modo de produção capitalista baseadas na exploração da força de trabalho, as contradições econômicas e sociais que colocam sua superação histórica, o programa de expropriação da burguesia através da revolução, o internacionalismo e as premissas de extinção da sociedade de classes.

2 Nestes 150 anos, o capitalismo não fez senão vivenciar profundos choques de classe, nos quais o proletariado confirmou seu papel revolucionário, pelo lugar que ocupa nas relações de produção e no antagonismo de classe com a burguesia. A luta de classes como motor das transformações históricas se manifestou e se manifesta plenamente.

Na França de 1830, quando

Professor

Erson



Martins de

Oliveira é mestre

do Departamento

de Letras da

PUC/SP.

ainda a classe operária dava os primeiros passos em sua formação social, em Lyon, ocorreu a primeira revolta em que a luta de classes entre capitalistas e proletários expressou a guerra civil. Foi preciso um massacre militar para se impor a ordem burguesa. Os assalariados expressaram interesses de classe explorada, mostraram possuir métodos próprios e constituírem uma classe revolucionária. De lá para cá, a história da luta de classes está marcada pelo antagonismo entre capital e trabalho, como demonstra o "Manifesto".

Em 1848/49 na França, Alemanha, Hungria etc a classe operária se destacou na revolução democrática de forma que marcou os acontecimentos com seu peso social e com seus métodos próprios de luta de massa. A burguesia não teve outra solução senão se unir à aristocracia reacionária para esmagá-lo com as armas. A mortandade ocorrida nesta época é a prova mais cabal desta constatação.

Em 1871, houve um salto qualitativo do proletariado com Comuna de Paris. Pela primeira vez na história, o proletariado toma o poder e por um breve espaço de tempo estabelece alguns marcos da revolução proletária. A burguesia francesa, auxiliada pela prussiana, teve de desfechar a mais bárbara repressão e triunfar na guerra civil para barrar a evolução do prole-

tariado como classe revolucionária.

O capitalismo caminhava para o fim do século XIX quando viveu o abalo da Comuna de Paris, que comprovou a tese do Manifesto de que o proletariado é a única classe, no capitalismo, capaz de tomar o poder do Estado e realizar as transformações necessárias. De forma alguma as derrotas de 1830, 1848 e fundamentalmente a de 1871 depuseram contra as teses do Manifesto.

Já sob a fase imperialista do capitalismo, marcada pela Primeira Guerra Mundial, produto genuíno da crise histórica do capital, o proletariado russo realizou a mais profunda e vitoriosa revolução proletária. A constituição do sólido partido bolchevique foi produto das contradições do capitalismo da época imperialista e da evolução da teoria do socialismo científico, em cuja base está a experiência internacional do proletariado.

O Manifesto do Partido Comunista se confirma como expressão histórica e teórica das contradições capitalistas e do desenvolvimento da luta de classes, que permitiram ao proletariado derrotar a burguesia na Rússia. Todas as teses e princípios fundamentais da revolução proletária nesse país são expressão do socialismo científico de Marx e Engels. Não por acaso, Lenin chamará a atenção para o fato do Manifesto concentrar teórica, política e programaticamente a doutrina do socialismo científico, "valendo por muitos tomos".

As demais revoluções posteriores, como na Hungria, China, Cuba etc, não fizeram senão reforçar o lugar do proletariado na expropriação da burguesia e tomada do poder do Estado.

As deformações do estalinismo e a restauração em curso, assim como a derrota da Comuna em 1871, não negam os fundamentos do Manifesto. Pelo contrário, confirmam-nos, a exemplo do internacionalismo proletário. A contra-revolução e a restauração são o outro lado da medalha da

revolução, que se explicam pela materialidade da luta de classes e pela evolução política do proletariado mundial. Certamente, não faltarão ideólogos, ditos de esquerda e profundos conhecedores de "O Capital", para encontrar as raízes do "fracasso do comunismo real" em Marx, como já estão fazendo de Lenin um Stalin e de Trotsky um idealista bem intencionado.

Já em 1848, a burguesia manifestava traços reacionários, indicando sua constituição completa como classe opressora.

3 Na época do imperialismo, iniciada em fins do séc. 19, portanto, quase 50 anos depois de redigido o Manifesto, a luta entre a classe burguesa e a proletária se tornou mais feroz. A classe capitalista assumiu a feição completa de classe dominante reacionária. Para sustentar a contradição básica, exposta no Manifesto, entre as forças produtivas potencializadas e as relações de produção e apropriação, que alcançaram a forma monopolista, está obrigada a provocar guerras imperialistas, guerras de opressão nacional e guerras civis contra o proletariado.

Já em 1848, a burguesia manifestava traços reacionários, indicando sua constituição completa como classe opressora. Ou seja, revelava sua ditadura de classe concentrada no Estado. Na fase imperialista, o capitalismo mergulha a humanidade na barbárie e a conservação do poder de classe é obtida pelo totalitarismo, cuja expressão mais pura é o "fascismo".

A democracia burguesa se degenera e dá lugar a formas totalitárias. A oposição entre democracia burguesa e fascismo é apenas política e não histórica. Em ambos regimes políticos impera a ditadura

de classe da burguesia sobre o proletariado. Do ventre da democracia burguesa, impotente diante da agudização da luta entre capitalistas e proletários, nasce o fasci-nazismo. Foi assim nos países mais civilizados: Alemanha, Itália etc. A unidade imperialista, fascista, contra a revolução espanhola de 1936 mostrou bem a época do capitalismo reacionário em toda linha. Lembra-nos a unidade francesa e alemã contra a Comuna de Paris.

O Estado como comitê para gerenciar os interesses exclusivos do capital, como conceitua o Manifesto, não só se confirma como alcança um grau mais elevado de domínio do capital financeiro e monopolista. A ditadura de classe dos capitalistas contra o proletariado e demais oprimidos é exercida com mão de ferro. A era de reformas parlamentares se foi para não mais voltar.

É claro que os intelectuais da burguesia verão mecanicismo neste postulado. Para eles, o Estado era e continua a ser um espaço neutro onde as classes disputam o poder através da democracia parlamentar e pelo método do voto. Nele encarna a "democracia como valor universal" e não a democracia dos exploradores. E assim vai. Como explicar assim sem subverter a verdade dos fatos? Sem desfigurar ou omitir a história da luta de classes no capitalismo?

4 Cresce em meio a uma riqueza altamente concentrada a miséria das massas. A interdependência universal entre as nações, como também expõe o Manifesto em sua tese sobre o caráter mundial do capitalismo, se dá sob o gigantesco desenvolvimento de uma minoria de potências e o atraso esmagador da maioria de países semicoloniais.

Toda política econômica da burguesia se volta contra as massas exploradas de operários, camponeses e uma grande parcela da classe média urbana arruinada. Os milhões de desempregados, a destruição crescente de postos de

trabalho, o rebaixamento salarial e a expulsão de camponeses da terra nos países em que subsistem mostram que o capitalismo abundante em força produtiva e riquezas acumuladas já não pode sustentar minimamente a maioria escrava do capital.

A cada situação de grandes crises de superprodução, igualmente descritas no Manifesto, a burguesia faz do Estado uma máquina de guerra comercial e bélica. Nossos dias estão marcados pela ofensiva da política de opressão nacional (saque imperialista) e de intensificação da opressão social (exploração da força de trabalho e desemprego em grande escala).

5 A propriedade dos meios de produção é histórica. Muda de forma nas sociedades de classe. A propriedade capitalista dos meios de produção é a última e mais desenvolvida forma de propriedade. Sua abolição não será a abolição da propriedade em geral. A revolução socialista mudará o caráter social da propriedade, passando de privada para coletiva. Somente assim se iniciará a transição do capitalismo para o comunismo, estágio mundial em que as velhas classes se acham extintas e toda expressão política, ideológica etc.

A história caminha para a destruição das classes e, portanto, de todas as formas de opressão social e nacional. Porém, esse caminho está e estará marcado pela cruenta luta de classes, ou seja, por guerras, revoluções e contrarrevoluções. As forças produtivas encarceradas pelas relações de produção se convertem em crises econômicas e sociais, que objetivamente colocam a necessidade de destruição do domínio burguês sobre a propriedade dos meios de produção. Se o proletariado não resolver tal contradição, a burguesia sempre achará meios para contorná-la provisoriamente. Esta destrói parte das forças produtivas, fecha fábricas, demite em massa, agiganta a miséria e a mortandade entre as massas. Quando os meios

econômicos não são insuficientes, lança mão das guerras.

Em 1848, quando foi publicado o Manifesto, o mundo capitalista já havia conhecido várias crises periódicas de superprodução e todas se converteram em fome e miséria. Em nossa época, as crises se mostraram mais potentes, como prevê o Manifesto. As duas guerras mundiais foram a expressão mais acabada da revolta das forças produtivas. Mas tal método militarista de destruir forças produtivas e resolver problemas de mercado não se limitaram às Guerras Mundiais. O mundo vive em conflagrações, a exemplo da Guerra imperialista contra o Iraque, intervenções como a do Haiti etc.

A necessidade de destruir o capitalismo para abolir a destruição do homem e da própria natureza saqueada é objetiva. Não é uma invenção dos marxistas. Porém, esta tarefa histórica depende de uma ferramenta: a do partido revolucionário. O "Manifesto do Partido Comunista" veio à luz com a finalidade de fundamentar os princípios e premissas do socialismo científico, em função da construção do partido.

O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.

A luta instintiva do proletariado em si não pode derrotar os capitalistas. É necessário que de instinto de classe se transforme em consciência de classe. O lugar do partido é o de reunir os homens que compreendam as leis de funcionamento do capitalismo e manejem o método do materialismo dialético e histórico, em função da luta de classes e da classe revolucionária que é o proletariado. O Manifesto nos permite construir o partido da revolução.

Os séculos poderão passar e o capitalismo sofrer mutações, mas enquanto existir como modo de produção estará colocando para o proletariado a necessidade de constituir seu partido. Esta é a atualidade do "Manifesto."

6 "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. "Proletários do mundo todo, unidos".

"Os proletários só podem tornar-se senhores das forças produtivas sociais abolindo o seu próprio modo de apropriação de hoje e, como resultado, todo o modo de apropriação em vigor até os nossos dias".

"Todos os movimentos históricos foram, até agora, realizados pelas minorias ou em proveito das minorias. O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, camada inferior da sociedade atual, não pode erguer-se, levantar-se, sem ir para os ares toda superestrutura das camadas que constituem a sociedade oficial.

"A burguesia não só forjou as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários." De todas as classes que, na hora atual, se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária."

"O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os Partidos operários: constituição do proletariado em classe, derrubada do domínio burguês, conquista do poder político pelo proletariado." "Os comunistas não rebaixam a dissimular as suas opiniões e os seus projetos. Proclamam abertamente que os seus fins só podem ser atingidos com a destruição violenta de toda ordem social passada". "As concepções teóricas dos comunistas não se baseiam de modo algum em idéias, em princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo"

"O governo moderno é apenas um comitê para gerenciar os interesses comuns de toda a classe burguesa".

"A história da sociedade até nossos dias não foi senão a história da luta de classes" "A revolução comunista é a ruptura mais radical com o regime tradicional de propriedade; não há nada de espantoso se, no decurso do seu desenvolvimento, rompe da maneira mais radical com as idéias tradicionais."

"A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja, no fundo, uma luta nacional, reveste contudo, em primeiro lugar, a sua forma". "Se o proletariado, na sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente como classe, se se estabelece, por meio de uma revolução, em classe dominante e, como classe dominante, destrói pela força o antigo regime de produção, destrói, ao mesmo tempo que esse regime de produção, as condições do antagonismo de classe, destrói as classes em geral e, por isso mesmo,

o seu próprio domínio de classe."

"Acabem com a exploração do homem pelo homem, e abolirão a exploração de uma nação sobre outra. "No dia em que acabar o antagonismo de classes no interior da nação, acaba igualmente a hostilidade entre nações"

Eis algumas das formulações centrais do Manifesto. Seus adversários abertos, os burgueses, ou encobertos, os revisionistas, procuram descaracterizar que a luta entre o capital e trabalho se dá na forma violenta da luta de classes. Principalmente os revisionistas, por se reivindicarem formalmente do Manifesto, são os adversários mais perigosos. Inventam uma democracia que não existe (a de valor universal) para defender a democracia burguesa contra a revolução. Defendem alianças com a dita burguesia progressista, que subordina o proletariado e anula sua independência de classe. Condenam a ditadura do proletariado confundindo-a com a ditadura burocrática do temidor soviético. Combatem a construção do partido

revolucionário afirmando que o bolchevismo está fora de época. Toda sua ação política está voltada a demonstrar que o capitalismo mudou em essência e que não se coloca mais a estratégia e a tática da revolução proletária. Para os revisionistas, a classe operária está desaparecendo e, por isso, perdeu seu lugar social na produção.


De nossa parte, lutamos para que a classe operária se eleve como classe consciente, assimilando e aplicando o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels. A bandeira dos 150 anos, para os socialistas, é a estratégia da revolução e ditadura proletária. Os que querem fazer dos 150 Anos uma cerimônia de finados do Manifesto temem a revolução social. Os que encarnam o objetivo de destruição da sociedade de classes tem os 150 Anos apenas como mais um momento para defender a revolução.



o que o
e época.
á voltada
italismo
e não se
e a tática
Para os
rária está
, perdeu
ção.
mos para
ve como
ilando e
o Partido
ngels. A
para os
égia da
etária. Os
50 Anos
ados do
evolução
o objetivo
le de clas-
nas como
defender



O VISLUMBRAMENTO DO "SUJEITO" CAPITAL NO MANIFESTO COMUNISTA DE 1848

Professor
Giovanni 
Alves é
doutor
do Departamento
de Sociologia da
UNESP/Marília.

Em 5 de março de 1852, Marx, numa carta a J. Weydemeyer, em Nova York, observou que uma de suas contribuições originais, até aquele momento, foi provar "(1) que a existência de classes somente tem lugar em determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; (2) que a luta de classes necessariamente conduz à ditadura do proletariado; (3) que esta mesma ditadura não constitui senão a transição no sentido da abolição de todas as classes e da sociedade sem classes."¹ Nesse caso, Marx reconheceu algo que fora exposto, com impressionante vigor, no *O Manifesto Comunista* de 1848. A grande constatação científica de Marx era que o capitalismo, em seu desenvolvimento sócio-histórico, tende a impulsionar a revolução proletária, pois um sistema que se sustenta na "contradição viva" que é o capital, é sempre um sistema à beira da revolução (e da contra-revolução) social.

Por outro lado, uma das grandes descobertas científicas de Karl Marx foi, de fato, o conceito de mais-valia, apresentado de modo sistemático em *O Capital - Crítica da Economia Política*

(1864). Nesta obra, Marx conseguiu desvelar o mecanismo oculto da produção capitalista - a exploração da força de trabalho. A mais-valia, como ele mesmo reconheceu, é o verdadeiro "segredo" da acumulação de riquezas na sociedade das mercadorias: "[...] a produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção capitalista"². Foi deveras um avanço fundamental no pensamento socialista que conseguiu dar uma sustentação científica à crítica radical do modo de produção capitalista.

Estas são, portanto, algumas idéias centrais do pensamento de Marx - a sustentação científica da exploração capitalista e a idéia de que tal exploração da força de trabalho, inserida num sistema de contradições sócio-históricas que impulsiona a luta de classes, tenderia a conduzir, pelo seu próprio desenvolvimento, à abolição da sociedade de classes, através da ditadura do proletariado: "o comunismo não é para nós um estado que deve ser criado, um ideal segundo o qual a sociedade deve se regular. Nós chamamos comunismo o movimento *real* que abole o estado atual."³

É preciso observar que nesse raciocínio não existe nenhum nexo de inelutabilidade histórica, mas sim de meras possibilidades objetivas concretas postas pelas novas determinações sócio-históricas criadas no decorrer do desenvolvimento capitalista mundial.

- A Terceira Contribuição de Marx: O desvelar do "sujeito" capital como processo

Entretanto, uma grande contribuição de Marx, que poderíamos salientar, principalmente na época da globalização, é a que diz respeito a uma abordagem do processo sócio-histórico que não encontramos em nenhum autor clássico das ciências históricas e sociais de sua época ou de épocas anteriores. Além das apreensões científico-ontológica da mais-valia e da ditadura do proletariado, Marx soube constatar, com uma precisão científica, o novo ente histórico-social da modernização: o capital como "valor em processo", "dinheiro em processo", "sujeito de um processo" estranhado, o

¹ Karl Marx e Friedrich Engels, Selected Correspondence, p.69

² Karl Marx, O Capital, Livro 1, p. 343

³ Karl Marx, A Ideologia Alemã, p.60

"sujeito automático" da valorização do valor cujo movimento é insaciável⁴.

Na verdade, o capital – "uma substância em processo e se-movente" – é um movimento que no ciclo de sua vida assume alternativamente várias formas particulares – dinheiro e mercadoria – com o único (e exclusivo) objetivo de modificar sua grandeza adicionando mais-valia, se autovalorizando⁵.

A burguesia, o possuidor de dinheiro que torna-se capitalista é, para Marx, "o portador consciente desse movimento", é meramente o próprio "capital personificado, dotado de vontade e consciência"⁶. A obra *O Capital* é a verdadeira odisséia do verdadeiro percurso do capital que cria, por meio de sua necessidade de autovalorização, "um mundo à sua imagem"⁷. Estamos diante de uma realidade da economia política da modernidade, que é um fato filosófico da maior relevância. Na perspectiva de Marx, a vigência do capital abre uma nova era do estranhamento universal.

- O Manifesto Comunista: O vislumbramento do novo ente sócio-histórico da modernização⁸

Na época de Marx, apenas vislumbrava o nascimento de um novo mundo sócio-histórico – o mundo moderno. É claro que o mundo de Marx ainda era caracterizado, de certo modo, por relações tradicionais, por laços patriarcais e idílicos que permeavam ainda um amplo espaço da sociabilidade humana (principalmente nos países da Europa Continental). É a

partir da irrupção do capitalismo industrial, nos primórdios do século XIX, especialmente a partir da grande crise da década de 1840, que tende a surgir, com um vigor intenso (e inaudito) um novo mundo humano social, caracterizado, ainda mais, pela lógica do capital. Marx presenciou, deste modo, o primeiro vislumbramento da modernidade. Se na obra *O Capital*, Marx nos apresentou a lógica do novo "sujeito" do processo civilizatório, analisando-o como uma quase-*physis*, é num texto como *O Manifesto Comunista* de 1948 – mais de 10 anos anterior a *O Capital* –, que ele (com Engels) nos apresenta, de primeira mão, o primeiro vislumbramento do novo ente sócio-histórico.

A apresentação do processo (e dos resultados) do "sujeito" capital é, em *O Manifesto Comunista* de 1848, prévia a qualquer coisa. É por isso que o texto de Marx e Engels abre com um dos mais dramáticos relatos sobre o papel civilizatório do capital. No tópico "burguesia e proletariado", onde vamos procuraremos nos deter, temos uma marcante exposição de rara beleza literária do percurso do capital em seu desenvolvimento.

O percurso do "sujeito" capital é a verdadeira "Odisséia da modernização" e o capital representa, numa prefiguração literária, o personagem Mefisto, do "Fausto" de Goethe, que diz: "Eu sou o espírito que tudo nega! E assim é, pois tudo o que existe merece perecer miseravelmente." O capital surge, portanto, como o sujeito da "autodestruição inovadora"⁹.

É claro que logo no início de *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels nos falam da luta de classes como sendo ela a característica de todas as sociedades divididas em

classes: "A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes." É na sociedade burguesa moderna que a luta de classes assume sua maior posição ontológica, onde, segundo Marx e Engels, os antagonismo de classe são simplificados: "A sociedade como um todo está cada vez mais dividindo-se em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se confrontam frente a frente: a burguesia e proletariado."¹⁰

Mas, logo após iniciar o tópico I de *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels penetram na verdadeira "epopéia da modernização" falando-nos de seu "sujeito" criador, a burguesia enquanto capital personificado. Eles revelam o processo civilizatório levado a cabo pela burguesia. Diz ele:

Dos servos da Idade Média surgiram os burgueses privilegiados das primeiras cidades. Destes desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia.

A constituição do *mercado mundial*, através das grandes navegações e dos descobrimentos da América, das Índias Orientais, e dos mercados chineses, o comércio com as colônias, etc, deram à indústria um impulso nunca antes conhecido e como salientaram Marx e Engels, deu "um desenvolvimento rápido ao elemento revolucionário..." - a burguesia.

É preciso destacar que, nesse caso, para eles, o papel do surgimento (e desenvolvimento) do mercado mundial é central. Marx e Engels salientam seus impactos nos processos de produção de mercadorias. De certo modo, as transformações do processo de trabalho são explicadas pelo desenvolvimento da circulação de mercadorias, da ampliação do mercado mundial, da demanda.

4 Karl Marx, *O Capital*, Livro 1, p.274, 273

5 Karl Marx, *O Capital*, Livro 1, p.274

6 Karl Marx, *O Capital*, Livro 1, p. 273

7 Karl Marx, *O Manifesto Comunista*, p. 15

8 Vislumbrar, segundo o Dicionário Aurélio, significa "começar a surgir ou a aparecer; deixar-se entrever; entremostrear-se".

9 Marshall Bermann, *Tudo Que é Sólido se Desmancha no Ar*, ed. Companhia das Letras.

10 Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 10

Por isso, passou-se do sistema feudal da indústria para o sistema de manufatura e logo depois para a grande indústria com as máquinas revolucionando a produção industrial.

A própria feição da burguesia se altera, da classe média industrial, que tinha substituído o chefe de corporação, sendo substituída na época da indústria moderna, pelos milionários de indústria. Deste modo, seu impacto na constituição da classe é fundamental. Na verdade, Marx e Engels se preocupam, ao expor o desenvolvimento do capital, ressaltar seu impacto na formação das classes sociais: "vemos, portanto, como a burguesia moderna é, ela mesma, produto de um longo curso de desenvolvimentos, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca."¹¹

Interessa para nós, nesse momento de sua exposição, apresentar o desenvolvimento da burguesia que é acompanhado, segundo ele, pelo "avanço político correspondente da classe". O domínio político da burguesia pressupõe, pelo visto, seguindo a exposição de Marx, algo fundamental: o seu papel extremamente revolucionário. A burguesia domina porque foi revolucionária no pleno sentido da palavra.

É nesse momento da exposição de *O Manifesto Comunista* que Marx e Engels expõem o que consideramos como sendo o próprio percurso de o capital na constituição da modernidade. Em *O Capital*, mais tarde, ele iria traduzir isso com mais rigor conceptual, inclusive desvelando a sua estrutura, seus mecanismos íntimos da valorização, que impulsionou tal processo revolucionário da burguesia que lhe permitiu atingir o domínio político, através da luta de classes e que irá permitir o desenvolvimento da própria classe

que tende a negá-la, mais uma vez, através da luta de classes.

Pode perguntar: teríamos aqui, na exposição do processo revolucionário da burguesia, germes do conceito de "hegemonia"? O domínio político pressupõe uma direção moral-espiritual da classe. Foi isso que fez a burguesia, rompendo os laços feudais de cariz ideológico, religiosos e morais. Mas, dizem Marx e Engels:

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constatatamente os instrumentos de produção, e desse modo, as relações de produção, e com elas, todas as relações da sociedade.¹²

Nesse momento, Marx (e Engels) prefigurava o que diria em *O Capital*: "O movimento do capital é insaciável"¹³.

Com certeza, por trás da burguesia, estava um ente sócio-histórico poderoso.

É claro que Marx e Engels falam, com maior vigor, da *burguesia* e não de o *capital* (apesar de que em certa passagem, mais adiante, referir-se a ele). Naquela época, é possível dizer que Marx não tinha ainda desenvolvido uma teoria do capital. Com certeza, por trás da burguesia, estava um ente sócio-histórico poderoso. A própria burguesia era apenas o capital personificado. O impacto do movimento do capital é marcante nas mais diversas esferas sociais. Surge o cotidiano avassalado em seus mais diversos aspectos pelo impulso do novo mundo sócio-humano que está sendo criado pelo capital. A descrição de Marx em *O Manifesto Comunista* é brilhante (o que merece uma transcrição

mais longa destas passagens):

A burguesia [...] pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedadamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus 'superiores naturais' e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do 'pagamento em dinheiro' insensível. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu nas águas geladas do calculismo egotista. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E, no lugar de inumeráveis liberdades privilegiadas irrevogáveis, implantou essa liberdade única, inescrupulosa – Mercado Livre. Em uma palavra, substituiu a exploração velada – por ilusões religiosas e políticas – pela exploração aberta – impudente, direta e brutal.

A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta, o cientista em seus operários assalariados.

A burguesia arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro.

A burguesia revelou como aconteceu que a demonstração brutal de vigor da Idade Média, que os reacionários tanto admiram, achou o seu complemento apropriado na indolência mais preguiçosa. Foi a primeira a mostrar o que a atividade do homem pode alcançar. Realizou maravilhas que superaram de longe as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas; conduziu expedições que puseram na sombra todos os êxodos anteriores de nações e cruzadas.¹⁴

Na verdade, é por personi-

¹¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 11

¹² Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 13

¹³ Karl Marx, *O Capital*, Livro 1, p. 272

¹⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 13-14

ficar o capital, o sujeito avassalador, que, como salienta Marx, a "burguesia não pode deixar de ser revolucionária" - mas revolucionária num sentido preciso - revolucionar a produção social à serviço da valorização do capital

É uma revolução que é contra-revolução. Ou ainda, por dentro da revolução burguesa começa a formar-se a revolução proletária e a contra-revolução burguesa como processo da própria instauração do poder revolucionário do capital - revolucionário criador das condições da acumulação do capital.

O espírito da burguesia como personificação do capital é o constante fluidez. Ela instaura não apenas a modernidade (e a pós-modernidade) como contingências de uma inquietação ontológica. É um impulso que parte da produção de mercadorias e percorre as mais diversas esferas da sociabilidade (o que decerto modo ocorre em nossos dias, quando é no mundo da produção que ocorre uma das mais profundas revoluções do capital e isso se reflete na sociabilidade humana):

A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis, foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e o homem é, finalmente, compelido a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.¹⁵

O que move a burguesia é a necessidade de um mercado em expansão para seus produtos (Marx

e Engels mantém ainda uma percepção da esfera da circulação como elemento central para impulsionar tudo). A burguesia enquanto personificação do capital, "precisa instalar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares."

A princípio é uma percepção verdadeira pois apreende uma forma de manifestação do capital que oculta suas tendências gerais e necessárias. A agitação da concorrência, que surge na consciência dos capitalistas individuais como motivos impulsionadores de novos mercados, diria Marx, mais tarde, em *O Capital*, é um modo como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais. É impulso imanente e tendência constante do capital apropriar-se de mais-valia através do aumento da força produtiva do trabalho que barateia mercadorias e, mediante o barateamento de mercadorias, baratear o próprio trabalhador¹⁶. Por isso tem de ocorrer uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e portanto no próprio processo de trabalho.

A burguesia tornou o Oriente dependente do Ocidente.

Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels observam que a exploração do mercado mundial pela burguesia deu uma caráter cosmopolita não apenas para o consumo, mas para a produção, uma indústria que perder sua base nacional (uma impressionante percepção de um processo que se exacerba em nossos dias). É claro que Marx vai além de sua época, utilizando um recurso heurístico de

"exagerar" para destacar as tendências essenciais de um processo que apenas no decorrer do século XX iria adquirir sua verdadeira forma sócio-histórica, a partir da época da mundialização do capital.

É o furor da concorrência no mercado mundial, a aparência contingente das leis imanentes da produção capitalista, que faz com que a burguesia aperfeiçoe os instrumentos de produção, os meios de comunicação e impulsione o processo civilizatório, arrastando uma série de países e nações para o campo da ocidentalização: "A burguesia tornou o Oriente dependente do Ocidente". Na verdade, a burguesia, diz Marx, "cria um mundo à sua imagem" (o grifo é nosso)¹⁷.

O que interessa aos nossos autores é destacar que, no interior do desenvolvimento da civilização burguesa, ocorre o processo de negação sócio-histórica da burguesia, sedimentada, no plano objetivo, pela criação do proletariado e no plano subjetivo, pela formação da consciência de classe do proletariado (Marx e Engels diriam: "A sociedade burguesa moderna...é como um bruxo que não é capaz de controlar os poderes do outro mundo que ele conjurou com seus feitiços.").

Com certeza, "os poderes do outro mundo" que o capital não irá conseguir controlar, na perspectiva de Marx e Engels, é o surgimento (e crescimento) do movimento do proletariado, a classe trabalhadora moderna, "os homens que irão empunhar as armas que trazem a morte para a burguesia"¹⁸. Eles se desenvolvem - e são cada vez mais explorados - na medida em que se desenvolve o capital:

Na mesma proporção em que a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se, o proletariado, a classe trabalhadora moderna, desenvolve-se: uma classe de

15 Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 13-14

16 Karl Marx, *O Capital*, Livro 1, p. 431

17 Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 15

18 Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 17, 19.

trabalhadores que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital. Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios aos poucos, são uma mercadoria, como qualquer outro artigo de comércio, e são, por consequência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado¹⁹.

Nessa passagem, Marx apreende, ainda de modo impressionista, a exploração da mais-valia, cuja conceituação plena, a partir da crítica da economia política clássica, iria ocorrer apenas anos depois. As insuficiências da teoria do capital de Marx e Engels à época de O manifesto Comunista podem ser constatadas, por exemplo, na passagem supra, quando ele diz que os trabalhadores são uma mercadoria "como qualquer outro artigo de comércio". Mais tarde, diria Marx em *O Capital*: "Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral."²⁰

Para apreender o desenvolvimento da consciência antagônica de classe, Marx e Engels salientam o importante papel da cidade (Engels, em sua obra clássica *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de 1842, destacara um capítulo para tratar da cidade): "A burguesia...criou cidades enormes; aumentou grandemente a população urbana, se comparada à rural, e, assim, resgatou considerável parte da população da imbecilidade da vida rural."²¹

O desenvolvimento da cidade é a própria expressão de um processo de centralização que atinge os mais diversos aspectos da vida social:

A burguesia continua sem-

pre mais a destruir o caráter disperso da população, dos meios de produção e da propriedade. Aglomerou populações, centralizou meios de produção e concentrou a propriedade em algumas poucas mãos." p.16

A um processo estrutural da produção social segue-se o seu desdobramento no plano superestrutural: "A consequência necessária disto foi a centralização política." Surge o Estado-nação que, naquela época, da instauração da modernidade, contribuiu para a "racionalização do mundo" (utilizando a expressão de Weber) e que expressava a nova racionalidade da valorização do valor (utilizando expressões cunhadas pelo velho Marx).

As forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a fomentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa.

Mas, como salientamos, o processo do capital é, acima de tudo, um processo do estranhamento universal (algo que Marx destacara nos "Manuscritos" de 1844). A vigência do Mercado Livre (e Universal) é o domínio do "estranhamento" universal. Marx e Engels salientam que a burguesia criou forças que não pode controlar e que irrompem nas épocas de crise, caracterizadas pela contradição estrutural entre as forças produtivas modernas e as condições modernas de produção, "as relações de propriedade que são a condição para a existência da burguesia e de seu domínio"²².

Surge uma época de crise capitalista que, para eles, é crise de superprodução – uma "epidemia de superprodução". Diz Marx e Engels:

A indústria e o comércio parecem ter sido destruídos. E por que? Porque há civilização em demasia, meios de subsistência em demasia, indústrias em demasia, comércio em demasia. As forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a fomentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa. Pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, que as restringem."

Por isso, a contradição sócio-histórica – que aparece como verdadeiros "grilhões [que] trazem desordem para toda a sociedade burguesa..." – colocaria como necessidade para a classe trabalhadora moderna, os proletários, a instauração de novas relações de produção baseadas na propriedade coletiva e não mais na propriedade privada. É uma necessidade apenas do proletariado, tendo em vista que, para a burguesia, a crise capitalista é vencida pela "destruição da massa de forças produtivas" e "pela conquista de novos mercados e por uma exploração mais completa dos antigos. Ou seja, pavimentando o caminho para crises mais extensas e mais destrutivas e diminuindo os meios pelos quais previnem-se crises."²³

É claro que, o século XX comprovou-nos, por um lado, a veracidade da perspectiva de Marx e Engels – a crise capitalista se não conduzir à destruição das relações de produção capitalista, tende, pelo contrário, a impulsionar cada vez mais a consolidação (e aprofundamento) no plano mundial, do capitalismo. É a mundialização do capital.

Por outro lado, o século XX

19 Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista, p. 19

20 Karl Marx, O Capital, Livro 1, p. 289

21 Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista, p. 15

22 Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista, p. 17

23 Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista, p. 18

demonstrou que a burguesia tendeu a constituir, com a Grande Depressão de 1929, "meios pelos quais previnem-se crises". Só que, no limiar do século XXI, percebemos o esgotamento estrutural de um dos principais meios dissimuladores da "epidemia de superprodução": os mecanismos de coordenação estatista-keynesiano.

É por isso que o processo capitalista aponta para a revolução social, a ditadura do proletariado. O proletariado é o sujeito da gestação do novo. Essa idéia de Marx e Engels demonstra que a burguesia não iria cair simplesmente se não tiver um sujeito histórico que possa abatê-la. Como salientamos, a revolução social que instaura novas relações de propriedade capazes de dar um novo impulso às forças produtivas modernas – incluídas nela o próprio proletariado – é uma necessidade da classe trabalhadora moderna. O capitalismo não vai acabar por si mesmo. A alternativa à ditadura do proletariado é, deste modo, a barbárie – "crises mais extensas e mais destrutivas".

A parte final do tópico 1 de *O Manifesto Comunista – Burguesia e Proletariado* – preocupa-se em caracterizar o desenvolvimento do proletariado, a classe que surge desse desenvolvimento capitalista e que é a única capaz de impedir que o capital pavimente o caminho para a barbárie. A praxis revolucionária do proletariado é uma necessidade sócio-histórica, impulsionada pela condição de alienação crescente, condições objetivas obrigando homens e mulheres a agir, sob pena de irem a ruína.

- A Mundialização do Capital como Possibilidade da Nova Revolução Comunista

O que destacamos é que, na perspectiva clássica de Marx e Engels, o capital tende a impulsionar o desenvolvimento da consciência social, ou

ainda, da consciência (e da praxis revolucionária) de classe (pelo visto, não estava posta na perspectiva deles a possibilidade objetiva da praxis reformista do proletariado, que predominou no decorrer do século XX).

...Marx e Engels olham para o passado para vislumbrar o futuro.

Mas o processo sócio-histórico supremo é o vislumbramento do capital em processo, salientado por Marx e Engels em 1848. Penso que é nesse aspecto que reside a atualidade candente de *O Manifesto Comunista*, quando observamos hoje, um novo surto de modernização, que avança e que assume o nome impreciso de "globalização". É a mundialização do capital transfigurada no texto de *O Manifesto Comunista*. Não que, naquela época, a época de Marx, houvesse um processo denominado de mundialização do capital ou "globalização", como parece acontecer com alguns que dizem que a globalização é algo que vem desde o século XVI. Isso porque se confunde a globalização com a constituição do mercado mundial. Ao escreverem *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels vislumbravam já o mercado mundial. Produtos da China, da Índia, o avanço massivo de emigrantes para o Oeste americano, um mundo humano planetário sendo criado, mas ainda "mudo", poderíamos dizer. Na verdade, se formos rigorosos, a globalização – ou mundialização do capital – indica um processo mais pleno, completo, uma nova qualidade da posição do "sujeito" capital, que só em nossa época aparece para nós com maior vigor. Em *O Manifesto Comunista*, com certeza, Marx prenuncia, o novo desenvolvimento do mundo, que só ocorreria sob novas determinações, no século seguinte.

Após a exposição do movimento insaciável do capital, perso-

nificado das proezas civilizatórias (e perversas) da burguesia, percebe-se, na ordem de exposição de Marx e Engels, que o próprio desenvolvimento do capital é que conduz, em suas contradições, à posição da luta de classes, da ampliação do movimento operário. Por isso, Marx começa expondo o movimento do capital, para só depois, como decorrência intrínseca, surgir o movimento operário, como movimento contingente (e necessário), da luta econômica, e depois, da luta política.

A constituição da classe revolucionária em *O Manifesto Comunista* e em *A Miséria da Filosofia* toma como paradigma a constituição das classes revolucionárias no decorrer da crise do feudalismo. Para ser mais preciso: Marx indica – e apenas indica – uma teoria da transição em *O Manifesto Comunista* – uma transição revolucionária conduzida pelo proletariado – que recupera como modelo a transição revolucionária para o capitalismo conduzida pela burguesia.

Assim como a burguesia se organizou nos interstícios da sociedade feudal, construindo, em seu interior, o seu Estado, para depois tomar o poder político e se realizar como classe dominante, assim o capitalismo, para Marx, criaria as condições para a constituição (e organização) de uma classe, que é o proletariado, que negará o capitalismo e, por conseguinte, negará a sociedade de classe como própria condição de sua negação. Nesse caso, Marx e Engels olham para o passado para vislumbrar o futuro.

Na verdade, o problema da transição é crucial, até porque se a constituição (e desenvolvimento) da classe revolucionária – burguesia e proletariado – é similar, o seu conteúdo é completamente outro. O proletariado se constituiria e se organizaria nos interstícios da sociedade capitalista não apenas para tomar o poder político e se afirmar como uma classe dominante, tal como a burguesia na época do capitalismo, mas para

negar todo o poder político e negar a sociedade de classes (é uma percepção que Marx apresentou na *A Sagrada Família*" (ou antes) sobre a missão histórica do proletariado, que surgia como os despossuídos daquela época, uma classe emergente, mas negativa).

O que se coloca é que, a constituição do proletariado nos interstícios da civilização capitalista é um processo contraditório onde o proletariado é parte intrínseca (e negação) da ordem do capital. Essa contradição – posição dialética – do ser do proletariado é perceptível, mais tarde, em *O Capital* no conceito de força de trabalho. Para Marx, a força de

trabalho é e não é mercadoria – é mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer.

Na verdade, é tal diferença ontológica da força – ou da capacidade – de trabalho que permite a própria instauração da mais-valia. A força de trabalho é a única mercadoria que é capaz de, no interior do processo de produção, dar mais valor do que realmente representou para o possuidor do dinheiro ou capitalista – ou seja, criar um excedente, que é apropriado pelo capitalista. Entretanto, ela é uma mercadoria.

Por isso, o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado não poderia deixar de

expressar a própria contraditoriedade ontológica do ser mercadoria da força de trabalho. Não existe uma necessidade inexorável da posição revolucionária do proletariado (o que explica, portanto, o surgimento da práxis reformista do proletariado). Existe sim uma possibilidade concreta que, dependente de circunstâncias políticas, ideológicas (e culturais) da luta de classes, pode-se fazê-la ir além daquilo que ela realmente representa – a fonte de riquezas do capital.



ASSINE AS PUBLICAÇÕES DO MST

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 1232 - CEP 01202-002 - SÃO PAULO/SP
FONE (011) 3361-3866

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA REVISTA **S E M**
SEM TERRA

NOME _____

END. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____ ESTADO _____

TELEFONE _____ PROFISSÃO _____ IDADE _____

SIM, QUERO RECEBER A ASSINATURA DE: REVISTA SEM TERRA JORNAL SEM TERRA

TIPO DE ASSINATURA: NORMAL LAVRADOR

PREÇO DAS ASSINATURAS: JORNAL R\$ 20,00 - REVISTA R\$ 20,00 - LAVRADOR 50% DE DESCONTO

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA, ATRAVÉS DE:

CHEQUE NOMINAL ANEXO

DEPÓSITO C/C 105510-0 - BRADESCO - AGÊNCIA 0136-8

NÚMERO _____

VALOR: R\$ _____

VALOR: R\$ _____

DATA: _____



MANIFESTO COMUNISTA: A HISTORICIDADE E A DIALÉTICA DO PODER BURGUEÊS?


O tempo não cicatriza a dor, mas apenas embaça a memória.

É só um problema de tempo.

1 Este ano estaremos comemorando os 150 anos do *Manifesto Comunista*, publicado em fevereiro de 1948. Ele nos recorda o nosso primeiro e seguro ingresso na história. Esta data se refere, segundo o nosso juízo, sob os progressos que os trabalhadores fizeram nestes cento e cinquenta anos de lutas pela sua sobrevivência. Esta data, certamente, se coloca no curso de uma "nova era global" que se afunila, segundo alguns autores, cada vez mais numa lógica "natural" do desenvolvimento fetichizando e eternizando o capitalismo moderno. Por isso, penso que ocorre retornar aos escritos de Marx, como forma de recolocar os princípios diretivos da interpretação materialista da história, instrumento metodológico de análise do real. É com esse espírito, que nós nos propomos a uma releitura histórico-filosófica deste tema, sobretudo preocupado com a questão do poder burguês, antes que com uma análise do *Manifesto Comunista* propriamente dita. Até que ponto nós poderemos falar de historicidade e dialética do poder burguês no *Manifesto Comunista*?
A análise do *Manifesto*

Comunista, de certa forma, negligenciou a historicidade e a dialética do poder burguês, até porque a reflexão feita por Marx & Engels tinha o caráter de divulgar as idéias socialistas no interior do movimento operário e, por isso mesmo, o texto se propunha a ser guia para a ação do proletariado europeu. Ao afirmar que "a história de toda a sociedade que existiu até agora é a história da luta de classe" (MARX & ENGELS, 1996, pg. 9), ele dava ao comunismo os elementos de uma nova doutrina e aos comunistas o fio condutor para revisar nos intrincados desafios da vida política a condição de avaliar o desenvolvimento econômico.

A ausência da historicidade e dialética do poder burguês no *Manifesto Comunista*, não minimiza a preocupação em discuti-lo. Esta aparece de forma mais abstrata, enquanto ele deixa de discutir as formas políticas de seu tempo, isto é, o Estado aparece como instrumento que condiciona e regula a sociedade civil e portanto é a política que deva explicar a economia e não vice versa, exatamente como irá pensá-la, posteriormente Gramsci. A historicidade e a dialética do poder burguês, aparece de forma clara e explícita, quando discutiu-se as relações concretas que Marx evidenciará, particularmente, no texto sobre o *Dezoito Brumário*

Professor
José Mario
Angeli é 
doutor
do Departamento
de Filosofia da
Universidade
Estadual de
Londrina.

onde as relações entre a transformação social e a reflexão institucional vêm sendo constituídas sob um nexó político-orgânico, tendo como sujeito a burguesia francesa sob a ameaça constante dos trabalhadores.

No *Manifesto Comunista*, a revolução como se havia pensado no seio de um país capitalista avançado, no caso, a Inglaterra, coluna vertebral do sistema capitalista, não tinha sido levado a bom termo e, por hora, o movimento cartista tinha sido derrotado, ou seja, o movimento operário Inglês. Esta derrota permitiu-se pensar a história como se ela tivesse naquele momento errado, pois ela não dava razão às ilusões dos revolucionários (LABRIOLA, 1965, pg. 31). Isto não significava dizer que a teoria revolucionária da história teria sido desacreditada, como comprovará mais tarde os artigos de Engels na "Neue Rheinische Zeitung" Politisch-Ökonomische Revue, Hamburg, 1850, precedendo o opúsculo *A luta de classe na França no período de 1848-50*.

Para prosseguir com a nossa análise, tomaremos o poder burguês como uma concepção política, isto é, até que ponto este poder se esgotou em si mesmo? Em outras palavras, quais os elementos que têm dificultado a sua superação? O que significa falar, hoje, na tomada do Estado, enquanto ele representa o poder da classe

dominante sobre a classe subalterna? Enfim, como romper com a "ordem global" que está posta em nossa sociedade sem destruir o Estado burguês que garanta igualdade para todos?

Neste sentido, entendemos que a reflexão do *Manifesto Comunista* continua sendo atual, embora ela tenha os seus limites, pois estes estão sendo colocados constantemente pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo; a esperada transformação social, onde se previu reformas sociais capitaneadas pela intervenção do Estado, como garante da paz social, está perdendo "a sua legitimidade para assegurar uma estabilidade mínima", além do que, "a acumulação não permitirá ao Estado ser fiador da paz social que interessa plenamente aos capitalista, face a uma determinada crise do próprio modo de produção capitalista" (WALLERSTEIN, 1995, pg.47). Esta análise confirma, assim, a contrariedade básica, isto é, o antagonismo de classe apontada já no *Manifesto* e a expansão da classe trabalhadora no momento atual.

Muito têm-se falado das atuais mudanças estruturais do trabalho e, em virtude dessas mudanças, novos sujeitos tem sido colocados no cenário sociológico, as "novas subjetividades", por um lado, como forma de dar conta das atuais transformações sociais está a busca de espaço para a construção de cidadania e, por outro lado, são também formas encontradas para negar o conflito de classe existente na sociedade onde sofreu profundas transformações provocadas pelas mudanças do trabalho. Neste termos, reler o *Manifesto Comunista* é uma forma de revitalizar a categoria, luta de classes, tão cara à sociologia marxista.

Se, contudo, estamos vivendo um período de refluxo do movimento dos trabalhadores, estamos também vivendo um profunda crise do sindicalismo. Esta crise tem negado cada vez mais a classe trabalhadora. Assim, será preciso ressaltar que as

classes só existem num relacionamento antagônico, só a luta as torna reais. A classe trabalhadora formou-se e organizou-se em confronto com o capital, não apenas contra as suas manifestações exteriores, mas também contra as formas como ele se expressa no seio dos próprios trabalhadores. Ora, se não houver, luta não há classe, pois ela só se explicita no confronto.

Não iremos trabalhar o tema das classes sociais aqui. A nossa pretensão é tentar fazer uma análise comparativa entre dois textos de Marx. Partiremos do pressuposto que o Dezoito Brumário de Luís Napoleão apreende as mediações e relações sociais de forma concreta, quando analisa a questão do poder burguês durante o governo de Luís Napoleão e, reportando-se ao *Manifesto*, no sentido de entender o porquê da ausência de categorias importantes como a "historicidade dos fatos sociais" em sua análise para a compreensão do ser social.

***Para Marx, a função
geral do Estado deveria
exercitar-se numa direção
totalmente diversa
daquela teorizada por
Hegel.***

2 É convincente a opinião de que não existe uma teoria marxista do Estado (Bobbio, 1979, pg.13, BADALONI, 1988, pg.131, 1990, pg.7), no sentido de uma concepção coerente e sistemática. Existe sobre este tema análises geniais que aparecem em obras diversas e descontínuas deste a Comuna de Paris, 1871 até nossos dias. Uma teoria sobre o Estado está prevista nos programas do trabalho de Marx, porém ela nunca foi escrita por ele. No entanto, ele colheu a importância do Estado representativo constitucional que é o Estado representativo democrático antes que da divisão de poderes propriamente dito.

Para Marx, a função geral do Estado deveria exercitar-se numa direção totalmente diversa daquela teorizada por Hegel. O Estado parlamentar hegeliano está baseado numa concepção do desenvolvimento do "Estado-Ético" como sendo o mais completo. "O Estado é a realidade da idéia ética" (HEGEL, 1996, pg. 195). Hegel entendia que todo o gênero humano seria burguês. Enquanto para Marx a função geral do Estado é manter a estrutura de classe numa sociedade. A luta dos trabalhadores se dá necessariamente sob o terreno da defesa do salário porquanto exista ainda uma sociedade organizada do ponto de vista do capital. Assim, a luta dos trabalhadores tem sua origem na economia política. É fundamentalmente através do confronto - capital e trabalho - que se instaura a contradição para a superação do Estado capitalista. A proposta de uma teoria marxista do Estado somente foi indicada por Marx, não chegou a ser elaborada no plano de trabalho que Marx acenava escrever. Posteriormente, Gramsci foi quem elaborou uma teoria política marxista do Estado.

Uma teoria marxista do Estado e da revolução só viria à luz nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci. Nesse sentido, uma teoria do Estado em Marx, deve-se confrontar com um conjunto de posição, antes de expor qualquer doutrina que possa vir a ser completa, no caso nosso, penso que será preciso pensar a contribuição dada por Gramsci como "teórico da superestrutura" que colocou sua reflexão na compreensão da "sociedade civil", antes que no processo de desenvolvimento da estrutura da sociedade.

No âmbito do pensamento marxiano, o Estado nasce das exigências de uma sociedade dividida em classe e, se afirma como instrumento da classe dominante submetendo outras classes e dando sustentação e coesão ao modo de produção que ela corresponde. Já na *Ideologia*